

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Clarissa Rufino

Formação universitária e neoliberalismo: reflexões a partir do Departamento de Serviço Social da UFSC

FLORIANÓPOLIS

2023

Clarissa Rufino

Formação universitária e neoliberalismo: reflexões a partir do Departamento de Serviço Social da UFSC

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa dos Santos.

FLORIANÓPOLIS

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rufino, Clarissa

Formação universitária e neoliberalismo : reflexões a
partir do Departamento de Serviço Social da UFSC / Clarissa
Rufino ; orientadora, Maria Teresa dos Santos, 2023.

70 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis,
2023.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Ensino remoto. 3. Pandemia. 4.
Neoliberalismo. 5. Mercantilização da educação. I. dos
Santos, Maria Teresa. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CAMPUS REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE – CEP 88040-900 – FLORIANÓPOLIS /SC
TELEFONE +55 (48) 3721-9540 / 3721-3800
dss@contato.ufsc.br | www.dss.ufsc.br

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - SERVIÇO SOCIAL -

Aos 26 dias do mês de junho _____ de 2023 _____ reuniu-se a Banca Examinadora do trabalho de Conclusão de Curso da:

Acadêmica: **Clarissa Rufino** _____

Título: Formação universitária e neoliberalismo: reflexões a partir do Departamento de Serviço Social/UFSC_

O/A acadêmico/a compareceu perante a Banca Examinadora assim constituída:

Profa. Orientadora: Maria Teresa dos Santos _____


1ª. Examinador: Pablo Ramon Diogo _____


2ª. Examinadora: Heloisa Teles _____


Após a apresentação do trabalho prestou os esclarecimentos necessários e foi-lhe atribuída a nota 8,0 (oito) e, para constar lavrei a presente ATA que vai assinada pelos examinadores e pelo/a acadêmico/a.


A/o acadêmica/o está ciente de que a colação de grau está condicionada a entrega da versão final do TCC, em versão pdf, no prazo de 15 dias após a defesa:

Assinaturas:

Presidente:  Documento assinado digitalmente
Maria Teresa dos Santos
Data: 27/06/2023 13:53:23-0300
CPF: ***.459.218-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

1ª. Examinador/a:  Documento assinado digitalmente
Pablo Ramon Diogo
Data: 28/06/2023 09:01:21-0300
CPF: ***.592.189-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

2ª. Examinador/a:  Documento assinado digitalmente
Heloisa Teles
Data: 27/06/2023 16:33:56-0300
CPF: ***.314.250-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Acadêmico/a:  Documento assinado digitalmente
CLARISSA RUFINO
Data: 28/06/2023 18:04:04-0300
CPF: ***.638.599-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Clarissa Rufino

Formação universitária e neoliberalismo: reflexões a partir do Departamento de Serviço Social da UFSC

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharela e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social

Florianópolis, 26 de junho de 2023.



Documento assinado digitalmente
Heloisa Teles
Data: 13/07/2023 15:07:45-0300
CPF: ***.314.250-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Heloísa Telles, Dra.
Coordenadora do Curso

Banca examinadora



Documento assinado digitalmente
Maria Teresa dos Santos
Data: 13/07/2023 10:21:52-0300
CPF: ***.459.218-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Maria Teresa dos Santos, Dra.
Orientadora

Profa. Heloísa Telles, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente
Pablo Ramon Diogo
Data: 12/07/2023 21:10:09-0300
CPF: ***.592.189-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Pablo Ramon Diogo
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2023

AGRADECIMENTOS

Tentei escrever os agradecimentos algumas vezes e em todas elas me senti descompassada.

Mesmo assim, expresso minha gratidão de forma singela a todos que conheci durante meu processo de formação e aguardo por aqueles que ainda estão por vir.

Agradeço especialmente à minha mãe, Cleide, essa vitória é em grande parte tua, o pouco que não, eu lhe dedico.

Aos meus irmãos Waclenson e Wallace, nos quais me inspiro e fortaleço.

Ao meu pai, Marcos, por seus ensinamentos e apoio durante minha vida.

Ao Daniel, que habita meu peito desde o início da graduação. Que nosso amor possa acompanhar muitas outras conquistas de nós dois.

À profa. Maria Teresa, pela calma e paciência na condução das orientações e a atenção despendida a mim e a minha formação como assistente social.

Em memória de minha avó Eli (1940-2023) e de meu tio Luiz Claudio (1960-2023).

Oração não voga quando não há vaga
Coração não roga quando só há raiva
E a roupa do corpo
Três vezes ao dia
Novena não paga
Ao homem da venda
Não adianta de nada
Não enche barriga
Subir de joelhos
As escadarias
Abençoi as hienas
Principalmente as "da Silva"
Campeãs de Carnavais
Pois desse lado do beco
O olhar é tão seco meu pai
Que só ter piedade de nós
Não vale a pena.

(JESSÉ, 1980. Paraíso das Hienas)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso originou-se da experiência do ensino remoto durante a pandemia de COVID-19 e teve como objetivo analisar as condições materiais, particularmente dos recursos humanos do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina durante os semestres de 2020.1 a 2022.2. Partiu-se do entendimento de que a desvalorização do processo pedagógico e a precarização do trabalho consequente das políticas neoliberais aumentaram e aprofundaram a complexidade da relação ensino-aprendizagem. Considerando as transformações e os desafios enfrentados durante o período pandêmico, concluiu-se que as condições atuais do Departamento de Serviço Social são insuficientes para materializar integralmente a formação almejada pelas diretrizes que norteiam a formação em serviço social.

Palavras-chave: ensino remoto; pandemia; neoliberalismo; departamento de serviço social.

RESUMEN

Este trabajo partió de la experiencia de enseñanza a distancia durante la pandemia de COVID-19 y tuvo como objetivo analizar las condiciones materiales del curso de Servicio Social en la Universidad Federal de Santa Catarina durante los semestres de 2020.1 a 2022.2. Se partió del entendimiento de que la desvalorización del proceso pedagógico y la precarización del trabajo resultantes de las políticas neoliberales aumentaron y profundizaron la complejidad de la relación enseñanza-aprendizaje. Considerando las transformaciones y desafíos enfrentados durante el período de la pandemia, se concluye que las condiciones actuales del departamento de servicio social son insuficientes para materializar plenamente la formación buscada por las directrices que orientan la profesión.

Palabras Clave: enseñanza a distancia; pandemia; neoliberalismo; mercantilización de la educación.

ABSTRACT

This work started from the experience of remote teaching during the COVID-19 pandemic and aimed to analyze the material conditions of the Social Service Course of the Federal University of Santa Catarina during the semesters from 2020.1 to 2022.2. It was based on the understanding that the devaluation of the pedagogical process and the precariousness of work resulting from neoliberal policies increased and deepened the complexity of the teacher-student relationship. Considering the transformations and challenges faced during the pandemic period, it is concluded that the current conditions of the Social Service Department are insufficient to fully materialize the training sought by the guidelines that guide the profession.

Keywords: remote teaching; pandemic; neoliberalism; commodification of education.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ACAFE	Associação Catarinense das Fundações Educacionais
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
CRH	Centro de Estudos e Pesquisas Humanas da Universidade Federal da Bahia
CSI	Confederação Sindical Internacional
CUN	Conselho Universitário
DEN	Departamento de Ensino
DSS	Departamento de Serviço Social
EC	Emenda Constitucional
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ERE	Ensino Remoto Excepcional
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPA	Fundação Perseu Abramo
FSSSC	Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina
GBM	Grupo Banco Mundial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Educação Superior
IFES	Institutos de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCEE	Organização para a Cooperação Econômica Europeia
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PAAD	Planejamento e acompanhamento de Atividades Docentes
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PF	Polícia Federal

PPC	Projeto Pedagógico de Curso
ProUni	Programa Universidade para Todos
TRT	Tribunal Regional Federal
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
SINAES	Sistema Nacional de Educação Superior
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
STF	Supremo Tribunal Federal
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
USAID	United States Agency of International Development

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Docentes do departamento de serviço social da UFSC no período de 2020.1 a 2022.2.....	44
TABELA 2 Docente do DSS que ministraram disciplinas em programas de pós-graduação da UFSC no período de 2020.1 a 2022.2.....	46
TABELA 3 Distribuição da carga horária dos docentes do DSS durante os semestres de 2020.1 a 2022.2.....	47
TABELA 4 Índices de evasão estudantil do curso de SSO 2013.2 a 2020.2.....	49
TABELA 5 Discentes matriculados na disciplina ZZD2020 2020.1 a 2021.2.....	50

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL SOB OS DITAMES DO NEOLIBERALISMO.....	16
2.1	As políticas de educação pós-redemocratização.....	19
2.2	Conjuntura política do campo da educação no Governo Bolsonaro (2019-2022).....	33
2.3	O marco da pandemia	35
3	O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC E A LUTA PELA RECOMPOSIÇÃO DO QUADRO DOCENTE	38
3.1	Apontamentos sobre o Curso de Serviço Social: dos anos iniciais à ampliação em 1998	38
3.2	As condições do curso de serviço social durante a pandemia	40
3.3	Os recursos humanos do DSS durante a pandemia.....	43
3.4	A situação dos discentes do Curso de Serviço Social: dados sobre a evasão	48
3.5	As condições materiais do Curso de Serviço Social para efetivação do PPC	51
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
	REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho originou-se da experiência de ensino remoto excepcional ocorrido durante a pandemia do COVID-19 entre os semestres de 2020.1 a 2021.2 e na retomada das atividades presenciais durante o ano 2022. A motivação deste trabalho parte principalmente de uma experiência individual, mas que só pode ser compreendida a partir de uma análise da experiência coletiva, vivenciada pelos discentes, docentes, servidores e pela comunidade do entorno da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Este período escolhido para análise, marcado pelo luto e pela fome, foi objeto de escárnio nas redes de televisão, nas revistas, no senso-comum, nos discursos públicos do ex-presidente Bolsonaro e de todos os fascistas que se aglutinavam ao seu redor. A pandemia foi politizada, instrumentalizada, como cortina de fumaça, escondendo os cruéis e desumanos ataques aos direitos sociais, camuflados pelo legalismo das reformas, e à classe trabalhadora do Brasil.

Considerando tal cenário, o presente estudo partiu da seguinte problematização: quais as condições materiais do curso de Serviço Social da UFSC para consolidar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC)? De que forma isso reflete na relação ensino x aprendizagem?

Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar as condições materiais do curso de Serviço Social da UFSC, particularmente dos docentes do Departamento de Serviço Social¹ para consolidar seu PPC. Nesta direção os objetivos específicos foram definidos como: a) problematizar a precarização da educação pública no contexto do neoliberalismo; b) analisar a configuração do quadro de docentes do Departamento de Serviço Social em relação às necessidades do PPC e c) identificar as possíveis contradições na relação ensino x aprendizagem no curso de Serviço Social, considerando os dados sobre os estudantes.

Tais objetivos só podem ser alcançados na perspectiva de um horizonte teórico e crítico coletivo que englobe a experiência histórica da universidade. Esse horizonte, pelo recorte temporal escolhido, também precisa contextualizar a realidade e as desigualdades socioeconômicas e comuns ao presente daqueles sujeitos.

Neste sentido, para analisar as contradições essenciais do curso de Serviço Social e seus reflexos na relação ensino-aprendizagem precisamos nos apropriar das relações sociais e econômicas que permeiam o campo da educação e das universidades públicas, assim como

¹ Este estudo privilegia os dados do Departamento de Serviço Social (DSS), que é responsável pela oferta do maior número de disciplinas para o Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC. “Das disciplinas da matriz curricular deste PPC, 63% deverão ser desenvolvidas por professores do DSS e 17% dos demais Departamentos, excetuando-se 20% da carga horária do Curso que não implica atividades em sala de aula, como os estágios e atividades curriculares”

entender seus limites dentro da sociedade capitalista, cada dia mais devastada pelos constantes avanços das políticas e ideologias neoliberais. Para isso nos valem de pesquisa bibliográfica, priorizando, para tanto, literatura que busca uma reflexão crítica da educação no Brasil com enfoque nas universidades públicas.

A partir da pesquisa quanti-qualitativa foram analisados os documentos produzidos pelo Departamento de Serviço Social que trazem elementos acerca das condições do mesmo, assim como do corpo docente e discente, coletando dados de natureza numérica e organizando a análise dos conteúdos apresentados. Os resultados desta pesquisa são apresentados neste trabalho, que está organizado em três seções, além desta introdução, considerada como primeira seção.

A segunda seção do trabalho é reservada para análise da educação superior no Brasil sob a perspectiva dos ditames neoliberais, realizada através de pesquisa bibliográfica. Nesse percurso, contextualiza-se teoricamente o neoliberalismo e sua implementação durante o regime militar e subsequente desenvolvimento no período de redemocratização, sob a perspectiva da educação pública. Faz-se também breve análise da conjuntura contemporânea de desestruturação da educação pelo avanço do bolsonarismo e o trágico período de gestão genocida durante a pandemia de COVID-19.

Partindo desse pressuposto, a terceira seção trata da exposição de dados e análise dos documentos produzidos pelo Departamento de Serviço Social - DSS da UFSC que trazem elementos acerca das condições do mesmo, assim como do corpo docente e corpo discente. Destes documentos priorizaram-se os primários, como atas do Colegiado do DSS, relatórios, pareceres, ofícios e os Planejamentos de Atividades Docentes (PAAD) semestrais. Através de análise do histórico do curso, particulariza-se a luta pela composição do quadro docente para que sejam expostas as condições materiais que o curso dispunha para enfrentar os desafios da desestruturação institucional e da pandemia, o panorama da situação dos discentes e as limitações da formação.

Na quarta e última seção – considerações finais - são apresentadas as reflexões conclusivas do presente trabalho.

2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL SOB OS DITAMES DO NEOLIBERALISMO

A área da educação superior nos últimos trinta anos tem sofrido de uma constante instabilidade. Especificamente a partir de 2016 é possível identificar um movimento de intensificação das políticas de destruição da universidade pública, no contexto dos ditames neoliberais. À vista disso, esta seção não tem o propósito de apresentar uma história do ensino superior no Brasil, mas sim, de elencar alguns dos marcos históricos e legais que podem contribuir para a compreensão do cenário que temos hoje no campo da educação superior, com particular atenção ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A apropriação da educação pelo capitalismo vem acarretando significativas mudanças no funcionamento e na dinâmica dos sistemas de ensino e produção científica. A lógica mercantil que foi instaurada nas instituições públicas de ensino tem transformado estas em grandes empresas, alinhadas às ideologias e projetos do capital, cada vez mais cooptadas pela orientação meritocrática e individualista do lucro privado. Nesse contexto, é importante compreender o surgimento e implementação das políticas neoliberais no Brasil, pois são essas as ferramentas teóricas e institucionais responsáveis pela gradativa e efetiva alternância de manutenção das desigualdades e exclusões socioeconômicas e institucionais da nação, dando suporte à concentração de renda e poder sócio-político-econômico nas mãos da elite brasileira e dos grandes conglomerados empresariais.

A desregulamentação do mercado, o incentivo constante à privatização dos serviços e empresas públicas, a abstenção do Estado na garantia de direitos essenciais (austeridade), e a precarização generalizada das condições materiais de existência da classe trabalhadora, por exemplo, constroem, como consequência real e concreta, um sentimento de desesperança e apatia no cotidiano popular brasileiro junto de um cenário de extrema vulnerabilidade. Estas condições tornam cada dia mais difícil ao trabalhador, podando as esperanças de vislumbrar novos caminhos de retomada social rumo à universalização dos direitos sociais.

O referido termo “neoliberalismo” surgiu em meados do século XX, após a segunda guerra mundial, como “uma reação teórica e política veemente contra o Estado Intervencionista e de Bem-Estar” (ANDERSON, 1995, p. 9) nos países da Europa ocidental e na América do Norte. Esse modelo político neoliberal define os rumos da apropriação capitalista da educação na periferia sul americana até os tempos atuais. Nela, argumenta-se que o Estado deveria ter um papel mais limitado na economia, defendendo a redução da

intervenção estatal na economia, a liberalização do comércio, a desregulamentação e a privatização de empresas e serviços estatais. As teorias do economista Friedrich Hayek se destacam entre o campo neoliberal, influenciado pelo liberalismo clássico da época colonial e pela escola austríaca do final do século XIX.

Hayek e seus companheiros à época afirmavam que a raiz da crise econômica estava no excessivo poder dos sindicatos e do movimento operário, argumentando que o mesmo “[...] havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com a pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais” (ANDERSON, 1995, p. 10).

Por esses motivos, tendo em mente aquele contexto de superação histórica do antigo modelo de Bem-Estar social e oposição ao avanço socialista, o argumento central do neoliberalismo contra o modelo de bem-estar se resume a que este havia destruído a possibilidade de lucro das empresas e desencadeado a alta da inflação.

Para mudar esse contexto, seria então necessário um Estado capaz de reduzir a força políticas dos sindicatos e estabilizar a economia ao mesmo tempo em que diminui os gastos públicos com políticas sociais, intervindo apenas minimamente nas políticas econômicas. Ou seja, propunham-se extinguir do âmbito do Estado as políticas públicas de caráter social, para, assim, concentrar a ação do Estado em políticas públicas de caráter privado, voltadas para o benefício do empresariado e do grande capital internacional. Com a implementação da política proposta pelos neoliberais, tem-se o aumento da taxa de desemprego, o que implica na criação de um exército de reserva, e a aplicação de reformas fiscais de incentivo ao mercado estrangeiro, criando, desta forma uma “nova e saudável desigualdade” que “iria voltar a dinamizar as economias avançadas” (ANDERSON, 1995, p. 11). Tais políticas foram adotadas em diversos países durante as décadas de 1980 e 1990, como os Estados Unidos da América, o Reino Unido e o Chile.

Organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) o Banco Mundial, através do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), se consolidaram como cúpula do fomento das políticas neoliberais, mediando a concessão de empréstimos aos países em desenvolvimento. Antes disso, na década de 70, a Organização para Cooperação Econômica Europeia (OCEE)² aplicou a doutrina neoliberal para conter a crise do petróleo de 1973 e a recessão econômica subsequente. Dentre os países membros daquela organização destaca-se aqui o governo inglês de Margareth Thatcher, de 1979 a 1990, como o primeiro país do

² Antecessora da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

capitalismo avançado que demonstrou publicamente o compromisso de implementar a agenda neoliberal.

Posteriormente o modelo foi implementado também pelo governo norte-americano de Ronald Reagan, de 1981 a 1989, e pelo governo alemão de Kohl, de 1982 a 1998, dando início a reestruturação produtiva das indústrias, redimensionando as funções do Estado, mercantilizando os sistemas de proteção social e flexibilizando as dinâmicas do trabalho. Desse modo, “[...] quase todos os países do norte da Europa Ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita. A partir daí, a onda de direitização desses anos tinha como fundo político para além da crise econômica do período” (ANDERSON, 1995, p. 11).

Em 1989 é realizado o Consenso de Washington, reunião realizada nos Estado Unidos da América com a presença do seu governo e de organismos internacionais, tais como os já referidos Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. O objetivo dessa reunião foi tratar das reformas necessárias ao desenvolvimento da América Latina. As políticas ali defendidas eram orientadas para satisfação dos interesses privados do capital internacional e exigia dos países em desenvolvimento a aplicação de programas de reajustes estruturais, os quais ignoravam por essência as necessidades reais e particulares das populações, os diferentes estágios de desenvolvimento, as características particulares e regionais das economias nacionais, e os recursos e demandas ambientais destes, suas necessidades socioeducativas e suas diferentes culturas. Os programas e agendas do neoliberalismo foram apresentados como a única alternativa para que os países sul-americanos pudessem se modernizar pela via capitalista – também apresentada, como sempre, como a única via de modernização. No entanto, em vez destes países alcançarem a modernidade, os governos nacionais, na realidade, tornaram-se mais frágeis, instáveis, dependentes e vulneráveis às decisões, tendências e crises internacionais.

Entre as reformas pontuadas elenca-se aqui: a necessidade de estabelecer um equilíbrio fiscal por meio de reformas administrativas, trabalhistas e previdenciárias visando o corte de gastos públicos; a aplicação de uma política monetária visando a estabilização da moeda, e; a desregulação do mercado financeiro e do trabalho através das privatizações e abertura comercial para o empresariado (SAVIANI, 2018). É neste sentido que Vieira conclui que, ao encontro da lógica econômica neoliberal em questão, surge a ideologia do “progresso empresarial”, que

[...] privilegia as mudanças quantitativas; valoriza a ciência aplicada, a engenharia, as relações públicas e a perícia administrativa; destaca a autoridade, a sistematização e as normas burocráticas; reforça a tradição, a repetição e a confiança na autoridade;

procura a identificação com grupos poderosos, têm postura conformista e está dirigida para fora (VIEIRA, 2015, p. 312).

Em relação ao Brasil, é no contexto do regime da ditadura militar, instaurada em 1964, que o processo de destruição do Estado brasileiro tem início, quando os dirigentes da economia nacional eram todos “liberais”; e o são assim, entre aspas, “porque o liberal brasileiro tem sempre por trás de si, um rancoroso autoritário” (OLIVEIRA, 1998, p. 24). Entre o período de 1990 e 2002 o governo brasileiro desempenha um papel mais ativo na implementação de medidas jurídicas e normativas que reconfiguraram a ordem econômica e social do país. As instituições financeiras, nesse contexto, exerceram influência significativa sobre as políticas nacionais, inclusive nas políticas educacionais, com o consentimento do governo federal, de parte dos governos estaduais e das elites dirigentes.

2.1 As políticas de educação pós-redemocratização

A trajetória da educação no século XXI carrega consigo características herdadas da ditadura militar, instaurada no Brasil entre 1964 e 1985. Entre as principais características, destaca-se aqui a vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado, o que configura a concepção produtivista da educação. Neste contexto, a função social do ensino vigente é a formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho precarizado, além do favorecimento à privatização do ensino através da redução e cortes de recursos destinados ao financiamento e manutenção da educação pública (SAVIANI, 2008).

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi criada em 1960, pouco tempo antes do período de ditadura militar, a partir da união de sete faculdades existentes à época no Estado de Santa Catarina, sendo elas as faculdades de Direito, Medicina, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas e Serviço Social, além da Escola de Engenharia Industrial – criada nesse momento de surgimento da UFSC. Esperava-se à época formar mão-de-obra especializada necessária ao crescimento decorrente do fluxo migratório no Estado e do avanço da industrialização em Santa Catarina.

A convivência dos governantes do Estado com o regime militar era notável. Santa Catarina passou por um processo de privatização, que à época visava o crescimento econômico, “sendo interligado pela rede de telefonia e pelo funcionamento das primeiras emissoras de televisão” e tendo ampliado “o raio de ações de instituições como o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC)”, para além “dos investimentos para consolidação das centrais elétricas de Santa Catarina (CELESC)” (LOHN, 2018, p. 36-7).

Grandes grupos empresariais tornaram-se diretamente responsáveis pela condução das políticas públicas para os diferentes setores da economia. Agroindústrias passaram a gerir diretamente a Secretaria de Agricultura, enquanto para a indústria foram direcionados mecanismos financeiros como o Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina (FUNDESC) e depois o Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (PROCAPE) e o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), instituídos para estimular o setor privado pela transferência de recursos públicos (LOHN, 2018, p. 36).

A abertura econômica explícita necessitava de mão de obra para atender as demandas crescentes, pois “em diversas regiões do Estado, as cidades mais importantes cresceram de tamanho e ganharam uma nova configuração, com trabalhadores a viver em periferias precárias e com horizontes restritos para os mais jovens” (LOHN, 2018, p. 37).

Após o golpe de Estado de 1964 a repressão militar atingiu as universidades brasileiras e agiu rapidamente para combater a influência intelectual das “ideias comunistas” no ambiente universitário. A universidade tornou-se espaço de repressão, perseguição e violência. Nasce, assim, basicamente “exposta ao medo instalado pelo golpe, e com a cumplicidade de uma administração autoritária, nada mais antiuniversitário para a época do que esse fato” (FARINES, et. al, 2021, p. 24)

Nesse contexto, os Estado Unidos da América desempenharam um papel central, financiando muitas das reformas do governo militar na área da educação. Por conta de seus interesses econômicos, agências norte americanas – como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID³) e as fundações Ford e Rockefeller – se envolveram no ensino superior brasileiro. Em parceria estreita com os militares do Brasil, essas agências financiaram projetos supostamente “modernizadores” nas instituições acadêmicas e científicas brasileiras.

Um exemplo notável foi o estabelecimento dos acordos MEC-USAID entre o Ministério da Educação brasileiro e a USAID. Esses acordos, negociados secretamente entre junho de 1964 e 1968, resultaram em medidas como a tradução e publicação de livros, reestruturação de programas de ensino, planejamento de reformas universitárias e auxílios na realização de mudanças na educação básica. A inspiração destas reformas estava

[...] na nova opção da política econômica, aberta inteiramente aos investimentos estrangeiros. Por isso, com os acordos MEC-USAID, cinco especialistas brasileiros e cinco especialistas norte-americanos geraram uma organização educacional, baseada em funções, a fim de substituírem as Universidades sustentadas por fundos públicos (VIEIRA, 2015, p. 312).

³ A ‘United States Agency for International Development’ (USAID), ou ‘*Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional*’, é um órgão de política externa do governo estadunidense que foi criada em 1961, dois anos após a revolução cubana. Seu propósito era financiar programas de desenvolvimento em países pobres que tinham importância estratégica para a geopolítica dos Estados Unidos no contexto da guerra fria, sempre com o objetivo de enfraquecer movimentos populares, revolucionários e anti-imperialistas.

A reforma universitária da ditadura militar tinha como objetivo *modernizar* o setor, atualizando os processos administrativos, os científicos e tecnológicos, aproximando-os dos padrões dos países mais avançados. Essa modernização, porém, era autoritária e aprofundava as desigualdades sociais, caracterizando uma *modernização conservadora* que subordina o desenvolvimento da educação pública aos interesses do mercado. Além disso, havia interesse particular em investir nas universidades para beneficiar os planos de crescimento econômico, que demandavam mais profissionais qualificados em áreas como engenharia, física, química, matemática e economia. Por outro lado, esperava-se que ao aumentar os recursos para pesquisa e os salários dos docentes, houvesse uma melhor aceitação do regime entre os meios acadêmicos, evitando que a repressão fosse a única opção política para lidar com as universidades.

Algumas medidas implantadas pela ditadura ainda estão presentes no sistema universitário atual. Dentre elas, inclui-se a criação dos departamentos, que geraram uma especialização e certo isolamento entre as áreas do conhecimento. Também foi estabelecido o sistema nacional de pós-graduação, planos de carreira e foi adotado o regime de tempo integral para os professores das universidades públicas. Antes da reforma de 1968, o ensino estava estruturado sobre a base da identidade entre o curso e o departamento, havendo uma maior integração entre os diferentes departamentos e entre os docentes, que poderiam dar aula em mais de um curso. Após a reforma houve a separação do curso e departamento, tornando esse a instância burocrática de manutenção do controle, pois ele definia os conteúdos a serem passados, além de gerir os docentes, agora subordinados ao departamento.

Nesse sentido, os aspectos científicos, como os meios, os conteúdos, formas de produção e sistematização de conhecimento, ficaram sob a responsabilidade do departamento, e os aspectos de caráter pedagógico, como os objetivos e formas de transmissão de saber, ficaram sob a responsabilidade da coordenação de curso. Essa dependência da coordenação de curso ao departamento significou, em termos de estrutura, a subordinação dos fins aos meios. Essa dependência burocrática e estrutural, por sua vez, é a base da concepção de educação que posteriormente orienta a reforma universitária da década de 1990 (SAVIANI, 2018).

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), a partir do governo de Fernando Collor (1989-1992) e de seus sucessores, Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram implementados os ajustes estruturais demandados pela lógica neoliberal em escalada global.

As “reformas pontuais”, que não dependeram necessariamente de uma lei específica mas de uma série de instrumentos legais e de medidas como redução dos recursos financeiros, garantidores da mudança, tiveram como pano de fundo os ajustes da

economia sugeridos pelo diagnóstico neoliberal e que se tem denominado como teses defendidas em especial pelo BM ao longo das décadas de 1980 e 1990. [...] O fim do século XX pôs a educação superior na berlinda. A ciência e o ensino superior tornaram-se muito mais presentes como fatores de produção e parte integrante da economia, mercadorias ou quase mercadorias, em países centrais, da periferia e da semi-periferia. Da mesma forma que o diagnóstico neoliberal identifica entre as principais causas do fracasso da economia do Estado do Bem-estar sua crescente falta de competitividade, também a educação superior – entendida como parte essencial da economia moderna – necessitaria passar por um choque de competitividade. Deveria tornar-se um promissor mercado ou quase-mercado de serviços a ser regulamentado no âmbito dos Acordos Gerais do Comércio e Serviços (AGCS) da Organização Mundial do Comércio (OMC). O reconhecimento legal, no Brasil, das IEF com fins lucrativos antecipou a agenda da OMC e, de alguma forma, enfraqueceu a posição (oficiosa) do Brasil, contrária, no âmbito dessa organização, à regulamentação desses serviços. A descoberta desse traço essencial à educação superior (competitividade) permite que se fale nas IES como empresas econômicas a serem administradas de modo empresarial/gerencial (SGUISSARDI, 2006, p. 1034).

As políticas educacionais posteriores a CF/88 carregam a herança da ditadura militar de 1964 e se apresentam “com características condensadas nas seguintes palavras: filantropia, protelação, fragmentação e improvisação” (SAVIANI, 2020, p.2), pois em consonância com o caráter liberal de Estado mínimo, tende-se a colocar a educação como problema de toda sociedade, não do Estado. O mesmo se mantém enquanto um mero regulador, transferido à sociedade, neste caso as empresas privadas, a responsabilidade de manutenção e garantia de qualidade, improvisando leis e decretos que estabelecem diferentes metas e planos sobre um mesmo problema, adiando constantemente sua resolução.

No Brasil a crise chega ao ápice na década de 1990, o que acarreta na elaboração do Plano Real, implementado em 1994, que tinha como objetivo estabilizar a economia brasileira através do controle do aumento da inflação e que estabeleceu o real como moeda oficial. Além disso, houve um processo de privatização de estatais com o argumento de aumentar a eficiência e competitividade das empresas no mercado.

É neste contexto de crise e retomada econômica que se instaurou a reforma universitária, que se ancorou na ressignificação de três novos aspectos do ensino, entre aqueles herdados pela ditadura militar, “a autonomia, a avaliação e a flexibilização de sua estrutura e de seu funcionamento” (SILVA, 1999, p. 60). Incentivada pelas diretrizes do Banco Mundial de 1994 (BIRD, 1994), que tratava das estratégias de reformulação da educação superior na América Latina, Ásia e Caribe, instituiu-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), conhecida como Lei Darcy Ribeiro, que dá base e sustentação à reforma.

Desde o início do primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso ficou claro que o projeto em relação à universidade pública seria executado com recomendações do Banco Mundial que deu as diretrizes da reforma. Da mesma forma que a saúde, a educação deve continuar pública na educação fundamental, mista para o ensino médio e privado no ensino superior, em consonância com a

perspectiva da ‘reforma’ do governo’. A mídia difundiu a ideia que a universidade gratuita era um privilégio e que a maioria dos estudantes pertencia às famílias que teriam condições de pagar os estudos superiores. Assim sendo haveria mais espaço para os estudantes de baixo poder aquisitivo na esfera pública. Fica bem claro o ataque à esfera pública com as campanhas de privatização das universidades com a implementação de ajuste neoliberal que se evidenciam no governo FHC (PEREIRA, 2017, p. 45).

Ao tratar sobre o sistema educacional e a LDB, especificamente sobre o ensino superior, Darcy Ribeiro, no capítulo quinto – ‘Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional’ - do livro ‘Educação como Prioridade (1992), pontua que o mesmo só poderia atender as necessidades econômicas e sociais ao ampliar a autonomia universitária, valorizando a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Ressalta ainda a necessidade de instituir cursos superiores com matérias inter-relacionadas, na intenção de formar profissionais modernos que possam atuar em diferentes setores; de condicionar a formação de novas organizações de ensino superior, em resposta às necessidades do mercado. Chega mesmo a afirmar que é necessário que se facilite a implementação do ensino a distância em diferentes níveis, assim como a incorporação das novas tecnologias ao processo de ensino (RIBEIRO, 1992)⁴.

Na prática, a LDB impôs uma profunda remodelação no ensino superior brasileiro, viabilizando o avanço das políticas de desmonte da educação pública e incentivando a área privada, tendo afinal sido pensada através da ótica liberal para funcionar em prol das necessidades do capital internacional, com o desígnio de ampliar a formação de mão de obra a serviço do mercado (CAPUTI, 2017), reiterando, assim, o caráter político e social da educação.

Em 2003 um novo documento do Banco Mundial (GBM, 2003) discute a necessidade de expansão do ensino superior, reforçando a necessidade de qualificar a força de trabalho e ampliar o acesso ao ensino superior. Para alcançar esses objetivos, houve o incentivo às políticas de crédito estudantil como forma de expandir e *democratizar* o acesso à educação superior. Nesse sentido, seguindo a linha cronológica, em 2004 ocorreu a adoção do Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES), que tinha como objetivo avaliar a qualidade das Instituições de Educação Superior (IES) e dos cursos oferecidos. As instituições passam a ser avaliadas a partir de critérios como qualidade do corpo docente, infraestrutura oferecida aos estudantes e taxa de empregabilidade dos formados. Por mais que tenha sido uma importante iniciativa, o SINAES se apresentou como um instrumento de controle e hierarquização das

⁴ “Só atenderá às necessidades de desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil, um sistema educacional que: [...] facilite a implantação do ensino a distância em diversos níveis, bem como o apelo às novas técnicas de educação, criadas pela tele difusão e pela informática” (RIBEIRO, 1994, p. 163-164).

instituições, pois as avaliações baseadas em indicadores quantitativos como as taxas de aprovação no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), índices de titulação do corpo docente e quantidade de artigos produzidos não consideravam as diferenças regionais das distintas instituições de ensino superior, levando a uma avaliação superficial e incapaz de medir a qualidade de ensino de forma real.

Durante os governos Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016), algumas medidas foram adotadas a partir da realidade posta de conflitos entre o projeto neoliberal e o projeto em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Através do Decreto nº6.096/2007 foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tinha como objetivos garantir às universidades condições para manutenção, ampliação de vagas, principalmente no período noturno, diversificação das modalidades de cursos ofertados através da flexibilização dos currículos, como os cursos técnicos e de curta duração, além do incentivo ao ensino à distância.

Ocorre também um aumento das universidades privadas e das matrículas por meio de sistemas de financiamento como o ProUni⁵ e FIES⁶, incentivando o aumento dos grupos privados de educação, que se tornaram um setor de alta rentabilidade por conta do “financiamento público indireto garantido pelas isenções tributárias e às mensalidades asseguradas mensalmente pelo FIES” (CISLAGUI, 2019, p. 148). Há também um aumento relevante na quantidade de universidades públicas federais e, conseqüentemente, do acesso aos cursos superiores.

Até 2010 foram inauguradas 14 universidades federais e 126 campi (unidades de ensino vinculadas a uma universidade federal, mas construída em outra região), principalmente nos estados do Norte e Nordeste, que possuíam maior carência no acesso à educação superior (CASQUEIRO; et. al, 2020). Em Santa Catarina, foram inaugurados, em 2009, os campi da UFSC em Araranguá, Curitibanos e Joinville, e posteriormente o de Blumenau, em 2013.

A principal crítica ao programa foi direcionada à falta de investimento em infraestrutura e recursos humanos para acompanhar o processo de expansão do ensino superior público. Essa situação, por exemplo, resultou na sobrecarga docente e, conseqüentemente, na queda de qualidade do ensino e da pesquisa – ambos intimamente dependentes das condições materiais de infraestrutura e de trabalho.

⁵ Programa Universidade para Todos

⁶ Fundo de Financiamento Estudantil.

Para além dos aspectos relativos a expansão da infraestrutura universitária e do financiamento do ensino superior, no período de governança do Partido dos Trabalhadores (PT) houve o incentivo à inclusão no ensino superior a partir das políticas de ação afirmativa. Não houve, porém, a adoção de políticas de permanência voltadas para realidade e necessidades reais dos sujeitos contemplados pelas ações afirmativas. Houve também grande incentivo a parcerias público-privadas, marginalizando o papel das universidades públicas e pondo em risco a sua autonomia. No ano de 2013 o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), refletindo sobre os limites do REUNI, publicou diversas denúncias

[...] sobre as mais diversas situações identificadas em universidades de todo território nacional: insuficiência de recursos para finalização de obras; falta de prédios e salas de aula para atender os alunos; número insuficiente de técnico-administrativos e docentes; cargas-horárias de trabalho elevadas e em condições insalubres, como salas de aula superlotadas; adoecimento dos docentes, entre outras. Segundo os documentos, as universidades mais novas e com menos tradição são as que enfrentam com mais frequência esses problemas, se comparadas às universidades mais consolidadas (MARTINS, 2017, p.7)⁷.

As políticas governamentais, é seguro afirmar, foram direcionadas para serem ajustadas conforme às demandas da ascensão social das classes médias. Da capacitação da força de trabalho para o atendimento das necessidades do mercado, a abertura para a valorização do capital das empresas de serviços educacionais a partir de incentivos financeiros provenientes dos recursos públicos. No tocante aos governos do Partido dos Trabalhadores, “a financeirização e internacionalização do capital no ensino superior privado [...] ampliou suas taxas de lucro e passou por grandes processos de concentração” (CISLAGHI, 2019, p. 149).

Todo este processo precede o aumento de retrocessos e disputas em relação à legislação trabalhista e ascensão dos movimentos conservadores em relação à educação. De tal modo, em 2016, o Brasil acompanhou o processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, já então em seu segundo mandato, acusada de ter cometido “pedaladas fiscais”, consideradas como violação das leis orçamentárias. A prática consiste em atrasar repasses financeiros aos bancos devidos à títulos de dívida pública para priorizar outros investimentos, tais quais projetos sociais, recursos ministeriais, repasses para as demais instituições públicas, entre outros.

Naquele período, não havia nenhum fato particular quanto a esta prática, realizada por todos os antecessores, o que não impediu a destituição da primeira mulher a presidir o Brasil. Há aqueles que acreditam na interpretação legal das acusações que levaram ao impeachment e

⁷ Cf. ANDES/SN (2013a, 2013b).

há outros, - e aqui corrobora-se com esta posição - que afirmam que as movimentações que causaram a destituição da presidente foram orientadas unicamente por elementos políticos oportunistas, o que configura o golpe aplicado como um golpe jurídico-midiático-parlamentar à democracia (SAVIANI, 2018).

Posteriormente ao período do golpe à presidenta Dilma Rousseff, os ataques às instituições públicas e à forma política do Estado brasileiro intensificou-se por força do governo do, até pouco, vice-presidente da república, Michel Temer. A luta pela manutenção e defesa do projeto de universidade pública, gratuita e de qualidade, frente aos constantes ataques da ofensiva golpista neoliberal, tornou-se cotidianamente explícita, junta das outras tantas carências e demandas emocionais, econômicas e materiais necessárias à formação dos profissionais da educação e pesquisadores brasileiros, pois

[...] quando se alimentou a esperança de algum avanço mais significativo com a aprovação do novo Plano Nacional de Educação, que finalmente incorporou a meta de 10% do PIB para a educação, reivindicada desde a década de 80, e com a destinação de parcela considerável do Pré-Sal para a educação, sobreveio o golpe e estamos diante de um retrocesso não de anos, mas de décadas (SAVIANI, 2018, p. 302).

Em verdade, a ofensiva neoliberal não poupou esforços para varrer quaisquer esperanças para a classe trabalhadora. Em 2016, no mesmo ano do golpe, houve a aprovação da EC 95 (BRASIL, 2016A), apelidada de “PEC da morte”. Além de congelar os investimentos da área social, principalmente no que tange a educação e a saúde, a PEC da morte suprimiu o orçamento das instituições de ensino nacionais, afetando aspectos fundamentais como fornecimento de luz, água, bom funcionamento de serviços de segurança, de manutenção de estrutura e pagamento de bolsas de pesquisa e auxílios permanência. Além dessas consequências imediatas, é notório que a EC 95 também intensificou negativamente aspectos culturais, sociais e econômicos intrínsecos à relação saúde x doença, pois as suas

[...] regras do novo regime não permitem [...]o crescimento das despesas totais e reais do governo acima da inflação, nem mesmo se a economia estiver bem, o que diferencia o caso brasileiro de outras experiências estrangeiras que adotaram o teto de gastos públicos. Somente será possível aumentar os investimentos em uma área desde que sejam feitos cortes em outras. As novas regras desconsideram portanto, as taxas de crescimento econômico, como também as demográficas pelos próximos 20 (vinte) anos, o que (e aqui já antecipando a nossa crítica a esse respeito), poderá levar ao sucateamento das políticas sociais, especialmente nas áreas da saúde e educação, pondo em risco por completo a qualidade de vida da população brasileira (MARIANO, 2017, p. 260).

Na primeira Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada sob o regime do teto de gastos, vale destacar o veto imposto pela presidência contra a previsão que incluía

[...] no rol de prioridades do governo federal, as metas do Plano Nacional de Educação, a conclusão de obras inacabadas com percentual de execução física superior a 50% e as ações relativas a iniciativas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano Brasil Sem Miséria, o programa de promoção da

igualdade e ao enfrentamento à violência contra a mulher de 2018 e a implantação do Acordo de Paris sobre o Clima (BRASIL, 2017A)

Além disso, em referência às políticas de educação de ensino médio, o Governo Temer foi responsável pela instauração, via Medida Provisória nº 746/2016⁸ – elaborada sem consulta ou diálogo junto aos estados – da reforma do ensino médio (BRASIL, 2017B). Essa reforma alterou não só a lei de diretrizes e bases da educação, mas também modificou normas relativas aos fundos de financiamento da educação básica e valorização dos professores e normas relativas ao regime de trabalho dos profissionais de educação. Tal movimento indicou mais um avanço da ofensiva conservadora neoliberal no campo da educação. Soma-se à ela, naquele avanço, o projeto Escola Sem Partido, elaborado no projeto de Lei do Senado nº193/2016 (BRASIL, 2016B), apelidado de Lei da Mordaça, por negar o princípio da autonomia didática e visar, por meio de pretensa “neutralidade”, deturpar a educação e o seu papel de fomentar a relação ensino x aprendizagem; retirando, assim, o caráter político democrático e coletivo do processo educativo.

Em consequência do valor estrutural das crises no capitalismo, a classe burguesa tem de recorrer a outros mecanismos de dominação, que devem ir além daqueles clássicos das instituições e estruturas de trabalho (SAVIANI, 2018). Entre esses mecanismos, cita-se o uso estratégico dos meios de comunicação e a ofensiva no campo da educação escolar, que, já tratada como mercadoria, torna-se instrumento de dominação. Isto ocorre devido à resistência da burguesia em incorporar a classe trabalhadora nas decisões políticas, democratizando o Estado e a sociedade, valendo mais, na perspectiva burguesa, articular um golpe de Estado do que aceitar qualquer risco, compromisso ou agenda de participação da classe trabalhadora no âmbito político-econômico-institucional da nação.

Assim, projetos como o Escola Sem Partido fazem parte de um processo maior de destituição do modelo democrático normatizado desde o marco de 1988, que, somando a todos os fenômenos históricos e políticos até aqui analisados, coloca o país à mercê dos organismos e políticas internacionais.

Estima-se que no Estado de Santa Catarina as IES privadas – em sua maioria entidades com fins lucrativos - tiveram aumento de 370% entre os anos de 1990 a 2015, índice “bastante superior ao verificado na modalidade presencial” (BASTIANI; et. al, 2019, p. 390). De encontra àquele alto percentual de aumento de IES privadas, cresceu também o índice de oferta de cursos a distância, que até 2015 respondiam por 28% do total de matrículas no Estado (BASTIANI; et. al, 2019).

⁸ Posteriormente convertida na Lei nº13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017B).

Esse é o rumo da política nacional desde o desenrolar das tramas golpistas e fascistas da década passada; o padrão das ações e medidas institucionais não deixa dúvidas. Nesse sentido, ainda sob o governo golpista de Michel Temer, houve a promulgação da lei nº13.429/2018 (BRASIL, 2017C), também conhecida como lei da Terceirização, que permitiu a terceirização das atividades-fim em empresas, e da lei nº13.467/2017 (BRASIL, 2017D), que reformou a Consolidação das Leis do Trabalho.

Ambas as leis atuaram em ofensiva conjunta contra normas trabalhistas protetivas, as relações formais de trabalho, e mesmo contra o sistema de concursos para serviços públicos – o que viria a cabo pelo Decreto nº9.507/2018 (BRASIL, 2018), que estabelece hipóteses de terceirização na administração pública. No setor privado, muito embora as velhas ideias do neoliberalismo tenham prometido melhoras substanciais para a classe trabalhadora em troca dos seus direitos “menos direitos e mais emprego”, a verdade é que “não existem atualmente dados concretos e científicos de que a lei reformista, de fato, proporcionou a criação de novos postos de trabalho” (CALCINI; MORAES, 2022). Pelo contrário, os dados concretos e científicos comprovam que foram entregues menos direitos, menos empregos e piores condições de trabalho e empregabilidade.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no fim de 2017 havia no Brasil 46,3 milhões de empregos formais. Em 2019, dois anos depois da reforma, o número de empregos formais fechou em 46,7 milhões, número bem inferior aos dois milhões almejados pelo governo federal. [...] Dados do IBGE apontam que o país tem 95,4 milhões de trabalhadores, dos quais 38,5 milhões (39,2%) sem carteira assinada. Isso significa que, de cada dez trabalhadores, quatro são informais, sem direitos trabalhistas assegurados ou qualquer seguridade social (COUTO, 2022)

No mais, a reforma enfraqueceu e desestabilizou as relações sindicais brasileiras ao extinguir a previsão de obrigatoriedade da contribuição sindical, fazendo todo sistema de negociações coletivas sindicais colapsar “com uma redução drástica de 45% no número de acordos coletivos celebrados”⁹ (CSI, 2022), afinal “sem uma garantia de arrecadação financeira, os sindicatos foram enfraquecidos ao longo do tempo e perderam força nas negociações coletivas” (CALCINI; et al, 2022). Por fim, a reforma trabalhista normatizou a assim chamada ‘pejotização’, futura ‘uberização’, das relações de trabalho.

Demonstrando um significativo retrocesso nos direitos sociais historicamente conquistados pelas classes trabalhadoras, e que já eram limitados, estas reformas foram orientadas pela falsa alegação de que os problemas socioeconômicos estão relacionados ao

⁹ Traduzido do trecho “*Since the adoption of Act No. 13467 in 2017, the entire collective bargaining system has collapsed in Brazil, with a drastic decline of 45 per cent in the number of collective agreements concluded*” (CSI, 2022) [Desde a adoção da Lei 13467 em 2017, todo o sistema de negociação coletiva entrou em colapso no Brasil, com uma redução drástica de 45% no número de acordos coletivos celebrados].

suposto excesso de regulamentações protetivas aos trabalhadores. Mas da aplicação dessa flexibilização contatou-se o crescimento do trabalho informal e o aumento da desigualdade em prol da restrição dos direitos relacionados à seguridade social, por exemplo.

Esse contexto brasileiro bem exemplifica como que o neoliberalismo

[...] reinterpreta o processo histórico de cada país: os violões do atraso econômico passam a ser os sindicatos, e junto com eles, as conquistas sociais e tudo que tenha a ver com a igualdade, com a equidade e com a justiça social. Ao mesmo tempo, a direita, os conservadores, se reconvertem à modernidade na sua versão neoliberal, via privatização e um modelo de estado mínimo (ANDERSON, et. al, 1995, p. 147)

É nesse contexto de regressão de direitos, intensificação de desigualdades, cerco da classe trabalhadora e ataque contra as instituições de representação e as instancias do Estado que ocorrem as eleições presidenciais do ano de 2018.

Dentre os diversos acontecimentos que marcaram tanto o pleito quanto o ano de 2018, destacam-se a) a intervenção federal no Estado Rio de Janeiro, que perdurou entre os meses de janeiro e dezembro do referido ano, quando o então presidente golpista Temer, autoriza o exército a assumir o comando das polícias civil e militar, assim como do corpo de bombeiros do Estado, com a desculpa de reduzir os índices de violência; b) o assassinato da vereadora da Cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e de seu motorista Anderson Gomes, ocorridos em março, no período da intervenção federal. Sabe-se que à época, a política que já militava pelos direitos humanos e denunciava as ações criminosas de policiais e agentes do Estado, estava como relatora de uma comissão criada pela câmara de vereadores para monitorar as ações do exército¹⁰ (ARAÚJO, et al, 2019).

A condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso por uma manobra política elaborada por membros do ministério público, magistrados, mídia e representantes da ‘*elite cultural*’ da classe média brasileira; mais um movimento golpista e contra a forma política do Estado e as normas constitucionais da república, tudo em detrimento do notório impacto eleitoral de Lula nas primeiras eleições pós-golpe.

Após um longo processo, Lula foi condenado em primeira instância em julho de 2017, pelo então juiz Sérgio Moro, responsável de fato pela operação Lava Jato, e Deltan Dallagnol, responsável formal da operação. Em janeiro de 2018, o Tribunal Regional Federal (TRT) da 4º Região confirmou a condenação e aumentou a pena para 12 anos e um mês de prisão. Em abril de 2018, após esgotarem-se os recursos na segunda instância, o Supremo Tribunal

¹⁰ O caso segue em investigação e até o ano corrente encontram-se presos dois ex-policiais militares, um deles vizinho e amigo do ex-presidente Bolsonaro, indiciados como executores do crime. O ex-presidente e seus filhos nos últimos anos vêm acumulando uma série de indícios que os conectam diretamente a milícia e ao crime cometido, mas até hoje não se descobriu quem mandou matar Marielle e Anderson (BRASIL DE FATO, 2022).

Federal (STF) decidiu, por maioria, negar um habeas corpus preventivo a Lula, o que permitiu sua prisão.

No dia 7 de abril, Lula se entregou à Polícia Federal (PF) em São Bernardo do Campo e foi levado para a Superintendência da PF em Curitiba, onde permaneceu detido por 580 dias. Sua condenação e prisão, movidas por razões políticas conservadoras e fascistas, visavam e efetivamente conseguiram impedir a sua participação nas eleições presidenciais de 2018, fato primordial, pois o mesmo liderava as pesquisas de opinião, estando

[...] na frente de Bolsonaro, que, antes de ser eleito, convidou Moro a ser seu Ministro da Justiça. O aceite do convite – quando Moro ainda era juiz – incrementou teorias que viam na Lava Jato conspiração contra o PT, ou uma frente de heróis (Moro, Dallagnol e, depois, o “mito” Bolsonaro) para limpar a política brasileira (BELLO; et al, 2021, p. 1663).

O encarceramento de Lula deu força à ascensão do candidato Jair Bolsonaro, que se apoiava na também crescente onda conservadora e reacionária no Brasil, mesmo não sendo o favorito da burguesia ou da mídia, que em primeiro momento dividiam-se entre candidatos clássicos da oposição conservadora-liberal, e figuras vinculadas a movimentos lavajatista e aventureiros, mas que

[...] no segundo turno migraram em peso para o palanque de Bolsonaro, somando forças aos fiéis escudeiros bolsonaristas que financiavam a guerra da desinformação [...] entre os endinheirados estavam os donos da mídia, que historicamente também são pró-mercado. Mas a eleição de 2018 foi atípica. A mídia corporativa perdeu o protagonismo para as redes sociais, que pautaram a disputa ideológica do pleito, e o tempo de horário eleitoral – tão precioso em eleições anteriores e moeda de barganhas nas coligações eleitorais – não influenciou o resultado (VASCONCELOS, 2021, p. 118).

Em agosto de 2018, Eduardo Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro e deputado federal pelo Estado de São Paulo, se encontrou com Steve Bannon, o co-fundador da empresa Cambridge Analytica (BILENKY, 2020; PIRES, 2020). Bannon foi estrategista de comunicação de Donald Trump em sua campanha para presidência dos Estados Unidos da América em 2016. De modo similar ao caso Bolsonaro, a estratégia de Bannon e Trump era vender a ideia de um ator político diferente, um forasteiro do sistema, o único capaz de estabilizar os EUA economicamente e ‘lutar contra o sistema’. Trump, durante sua candidatura e mandato

[...] apropriou-se de discursos populistas – recheados de nacionalismo e protecionismo, e ainda adicionando xenofobia, misoginia e homofobia – como ferramenta de engajamento dos eleitores, principalmente da classe média branca e de regiões industriais outrora pujantes. A utilização da internet e das redes sociais, como por exemplo, o twitter foi crucial para impulsionar conteúdo político e atingir o eleitorado em uma velocidade e alcance jamais visto em outras disputadas eleitorais (FERREIRA, 2022, p. 252).

Estima-se que o encontro entre Bannon e Eduardo Bolsonaro aconteceu no intuito de traçar as táticas de campanha por meio do aplicativo *WhatsApp*, tal qual como foi feito com

Trump, fortalecendo o candidato da extrema direita por meio de disparos em massas de notícias falsas e materiais de propaganda.

Em momento anterior às eleições houve um grande vazamento de dados do *Facebook* relacionado à campanha de Bolsonaro, o que resultou no roubo de dados de 400 mil usuários e informações de 30 milhões de pessoas, incluindo telefones, e-mails e detalhes pessoais relativos ao gênero, idade e sexualidade dos indivíduos. Esse caso, da Cambridge Analytica, foi algo de inquéritos do Ministério Público (BRASIL, MPDFT, 2018) e de ações judiciais junto ao STF e ao TSE. A indústria de desinformação foi posto em funcionamento na campanha eleitoral e que continuou durante os quatro anos do governo Bolsonaro é também creditada como fator decisivo para o resultado das urnas em 2018 (MORAIS, 2022).

Ancorado no slogan “Família acima de tudo, Deus acima de todos” (PSL, 2018, p. 1), Bolsonaro, tanto quanto Trump, apresenta-se como o candidato diferente, o anti-herói, como representante da *nova-política*, mesmo tendo sido deputado federal do Rio de Janeiro por 27 anos, ente 1991 e 2018. Abertamente apologista da ditadura militar e defensor de torturadores e assassinos, o então candidato levantava também a clássica bandeira do anticomunismo, recheava suas manifestações de discursos à favor da família e dos costumes cristãos e heteronormativos. Foi propagador de discursos homofóbicos, xenofóbicos, machistas, racistas, autoritários e anticientíficos, o que, já à época, delineava a postura e o rumo das políticas e posteriormente adotadas em seu governo.

Em seu plano de governo, intitulado ‘O Caminho da prosperidade’ (PSL, 2018), constava a proposta de uma “nova forma de governar”, que, após anos de corrupção da democracia, fazia “aliança da ordem com o progresso: um governo Liberal Democrata” (PSL, 2018, p.10). Ao conceituar o liberalismo ali disposto, por sua vez, limita-se à fatores tecnocratas e já comprovadamente fantasiosos, afirmando que o mesmo “reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento, emprego e oportunidades” (PSL, 2018, p. 13). Dentre seus autoproclamados desafios para o avanço da sociedade brasileira, elencava a organização, o desaparecimento das estruturas federais e a estabilidade econômica por meio de propostas de privatizações e concessões de estatais, demonstrando nitidamente sua disposição e intenção de desmonte e corrupção do papel do Estado.

Para o campo da educação, porém, não há no plano de governo uma proposta em si, ao ponto de apenas indicar que esta questão deveria estar em melhores condições, afirmando, repetidamente, que seria “possível fazer muito mais com os atuais recursos” (PSL, 2018, p. 41), sinalizando uma discrepância entre valores gastos e o mau desempenho educacional. A

mudança necessária, conforme o oriente proposto pelo programa de governo do partido social liberal precisaria passar por uma alteração nos métodos e conteúdos da rede de ensino, com “mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE” (PSL, 2018, p. 41)¹¹, sinalizando, assim, para a ala mais conservadora e moralista do eleitorado.

Foi proposto, ainda, que seria da educação básica e médio/técnica a prioridade do governo, bem como seria prioridade incentivar a relação público x privada, fomentando o empreendedorismo e a modalidade de educação à distância. Em resumo, a ideologia ali proposta para as políticas econômicas e educacionais representava não apenas

[...] um discurso de educação de gastos públicos sob uma ótica equivocada de ajuste fiscal, novamente em voga desde o golpe de 2016, mas sobretudo um desejo de reorientação programática das políticas e gastos públicos sob o comando de uma visão de mundo liberal-conservadora em termos ideológicos, como também anacrônica e reducionista em termos de peso e papel do Estado, da economia e da sociedade na contemporaneidade (FPA, 2019, p. 166).

A ideologia, conforme Figueira (2016), não é dada automaticamente, mas perpassa diversos processos, pelos quais até mesmo a violência cumpre um papel civilizatório. Nesse sentido, para cada época histórica, é certo que se ensina aquilo que é mais apropriado para o momento. Sendo assim, a educação, a partir de uma perspectiva neoliberal, obviamente limita-se ao ensino formal, sendo impossível explicar e acompanhar, através dessa educação meramente formal, a dinâmica da realidade social em conflito (SILVA, 2021) pois não há um horizonte de transformação da sociedade ou de confronto ao que está posto, muito menos o horizonte de busca pela emancipação humana.

Essa educação formal neoliberal ensina apenas as técnicas e conhecimento necessários à reprodução do capital. Em termos de ciências sociais,

[...] o fundamental não está, apenas, na existência de crescimento econômico ou de desenvolvimento educacional. O tipo de crescimento econômico e de desenvolvimento educacional também precisa ser posto em questão: de um lado, para determinar-se se o crescimento econômico concorre ou não para alterar a estrutura da economia e da ordem social; de outro, para conhecer-se o significado social do desenvolvimento educacional, se ele afeta ou não a organização societária dos papéis intelectuais e as relações dinâmicas da transmissão da cultura com a eficácia ou com a transformação de dada ordem social (FERNANDES, 1975, p.105-106).

Após essa breve revisão histórica em relação à trajetória da educação, em particular da superior pública, poder-se-ia afirmar que essa vem sendo manuseada e reformada aos sabores e necessidades do capital e do interesse privado, disseminando a lógica neoliberal dentro das instituições e estruturas de ensino nacionais. Seja pela forma mediadora, com os governo do PT com Lula e Dilma - que ao mesmo tempo em que expandiam o acesso às instituições

¹¹ Cabe especificar que a frase foi sinalizada com letras maiúsculas e colorida no Plano de Governo em questão.

públicas de ensino superior também implementavam, contraditoriamente, diversas políticas benéficas e privilegiadoras do ensino privado, contribuindo a sua maneira para mercantilização da educação -, seja pela forma reacionária golpista de Michel Temer e do Parlamento - com seu óbvio descaso com a qualidade do ensino público e de seu financiamento em benefício de um mais acelerado e robusto movimento de sabotagem institucional – ou, como veremos mais a frente, com o modelo fascista extremado do Bolsonarismo, que “destravou novas possibilidades de agendas ainda mais regressivas do que as possibilitadas pela ruptura de 2016” (CHABALGOITY, et. al, 2020, p. 61), instrumentalizando o MEC como ferramenta de ataques às classes de professores e aos estudantes; seja de qual forma for, a trajetória da educação brasileira, do final do século XX até os dias correntes de 2023, continua, de maior ou menos forma, subordinada ao avanço desenfreado e desinibido das fantasias neoliberais.

Para que seja possível apresentar um panorama das contradições que acompanharam o processo de formação do curso de Serviço Social durante os semestres de 2020.1 a 2021.2 e posteriormente o ano de 2022, é necessário analisar, primeiro, a conjuntura política da educação naquele momento, assim como demarcar as consequências da pandemia da COVID-19 no campo socioeconômico. E é nessa perspectiva que na sequência abordamos alguns elementos norteadores daquela conjuntura para posteriormente discutir as possíveis sequelas evidenciadas pela pandemia no curso de Serviço Social da UFSC.

2.2 Conjuntura política do campo da educação no Governo Bolsonaro (2019-2022)

A gestão da pasta de educação do Governo Bolsonaro, uma das mais movimentadas de seu governo, teve ao todo quatro ministros no decorrer de seu mandato.

O primeiro ministro bolsonarista da educação empossado, Ricardo Vélez Rodríguez (1 de janeiro de 2019 a 8 de abril de 2019), ficou marcado, logo em seus primeiros meses comandando a pasta da educação, por suas declarações de ignorância. Uma das mais significativas aconteceu ao defender o ensino médio técnico como forma de redução da demanda e, conseqüentemente, dos gastos com ensino superior; oportunidade na qual afirmou que a universidade para todos não existia (ANDRADA, 2019). Conforme o então ministro, as universidades deveriam “ficar reservadas para uma elite intelectual” (ANDRADA, 2019). Dentre seus feitos mais marcantes, pode-se elencar

[...] a exoneração de 14 membros do alto escalão do ministério; alterações no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que incluíam rever a forma com que livros de história abordam o golpe militar de 1964 e a retirada da proibição de

publicidade em livros didáticos; além de usar a comunicação oficial do MEC para enviar orientações a diretores de toda rede de ensino do país. A mensagem encaminhada incluía a gravação do Hino Nacional cantada pelos alunos e a leitura de uma carta que incluía o slogan de campanha de Bolsonaro “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (SCHUMACHER; MOREIRA, 2019).

Foram pouquíssimos os resultados dos ministros em seus cem dias à frente da pasta da educação. Seu substituto foi o economista Abraham Weintraub (8 de abril de 2019 a 20 de junho de 2020), cujo mandato de um ano e dois meses foi marcado pela aplicação de consecutivos cortes de verbas das instituições públicas de ensino. Em seu primeiro mês como ministro, os Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) já se encontravam com um déficit de R\$5.389 bilhões, cerca de 25% do previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA do referido ano, em decorrência do contingenciamento de gastos decretado pelo governo federal (ANDES, 2019).

No âmbito da UFSC, o primeiro bloqueio totalizou um déficit de R\$46 milhões oriundos de repasses feitos pelo MEC (APUFSC-SINDICAL, 2019). À época, o secretário de Planejamento e Orçamento da UFSC, Vladimir Arthur Fey, apontou que “o valor de investimento para a UFSC em capital foi reduzido em 90,5% de 2015 para 2019. O valor em 2015 foi de R\$ 56.141.903,00 e o montante para 2019 é de R\$5.085,033,00” (UFSC, 2019C).

Em setembro de 2019 os discentes da UFSC, entre eles os do Curso de Serviço Social, participaram de um processo de greve nas instituições federais de ensino contra o corte de verbas e o programa Future-se, o qual visava a aprovação de parcerias público-privadas entre o empresariado e as universidades federais. Na nota de deflagração da greve, publicada pelo Diretório Central dos Estudantes Luís Travassos – DCE, da UFSC, a motivação das mobilizações e a preocupação com o futuro e manutenção das universidades são dispostas nos termos seguintes:

As Universidades Federais de nosso país atravessam um duro momento de ataques marcados por cortes orçamentários, desvalorização científica e nomeação de reitores que não foram eleitos por sua comunidade acadêmica, ferindo os princípios da autonomia e democracia universitária. Os cortes anunciados em maio deste ano colocaram em xeque o funcionamento das universidades. Na UFSC a situação é grave, dezenas de trabalhadores terceirizados foram demitidos, falta segurança, limpeza e manutenção. Além disso, foi anunciado o cancelamento de eventos como a SEPEX e não houve renovação de diversas bolsas. Para piorar ainda mais o cenário, o fechamento do restaurante universitário é iminente, dada a falta de recursos (UFSC, 2019A, p. 1; DCE, 2019).

O ministro Weintraub, à época, afirmou que o gasto dispendido com as IFES eram exacerbados, que as instituições pouco produziam ou educavam os discentes e que o espaço universitário havia virado um local de “politicagem, ideologização e balbúrdia” - chegando mesmo a afirmar que seria possível encontrar ‘*cracolândias*’ nos institutos (CARTA CAPITAL, 2019) - que o MEC estava disposto e preparado para conter.

A prática de constante contingenciamento de gastos efetivada pela pasta da educação durante a gestão Weintraub, em particular, e no decorrer do governo fascista de Bolsonaro, no geral, deu um novo sentido para a ofensiva neoliberal anteriormente vigente, configurando mesmo “um ataque ideológico às ciências humanas, por exemplo, taxadas por Bolsonaro como um conhecimento supérfluo” (CISLAGHI; et al, 2019, p. 7). O objetivo dessa nova roupagem da ofensiva neoliberal, por sua vez, seria

[...] forçar em áreas que geram retorno imediato ao contribuinte, como Veterinária, Engenharia e Medicina. O foco é uma educação tecnicista que não tenha nenhum outro objetivo, a não ser formar profissionais que se enquadrem perfeitamente ao mercado de trabalho e se mantenham indiferentes aos ataques neoliberais, aos direitos sociais, que prega a austeridade e esvaziamento político da sociedade (CISLAGHI; et al, 2019, p. 7)

O projeto de desestruturação do MEC durante o período de Véléz e o avanço do sucateamento das IFES qualificam os ministros como “duas peças prontas da elaboração cínica do fascismo” (CHABALGOIT; et al, 2020, p. 173) no campo da educação.

O ano de 2019 termina com o sentimento de impotência e desorganização frente aos ataques do governo, espalhados por todas as frentes possíveis. Na UFSC, a reposição das aulas referentes ao semestre de 2019.2 - necessária para compensar o período referente à greve de setembro - duraram até fevereiro de 2020. Logo após esse período, em 4 de março de 2020, iniciam as aulas do semestre de 2020.1, as quais foram paralisadas em 16 de março, desta vez em decorrência da COVID-19 (UFSC, 2020D) e retornaram já de maneira remota, em setembro, como exposto a seguir.

2.3 O marco da pandemia

Em dezembro de 2019 uma nova variante de Coronavírus¹², cientificamente chamado de SARS-CoV-2, foi identificada na cidade de Wuhan, na China. Em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em função da rápida propagação do vírus (OPAS, 2020B) e em 11 de março de 2020 caracterizou o surto como uma pandemia (OPAS, 2020A). No Brasil, o primeiro caso registrado de infecção pelo novo Coronavírus foi no município de São Paulo (UNA-SUS, 2020). Em Santa Catarina, os primeiros dois casos foram identificados em março de 2020 (SES/SC, 2020).

Conforme declaração dada à época pelo presidente da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, todos os países, então, deveriam “encontrar um bom equilíbrio entre proteger a saúde, minimizar as interrupções econômicas e sociais e respeitar os direitos humanos”, visto

¹² Os Coronavírus representam uma família de vírus que causam infecções respiratórias com alta taxa de transmissão e mortalidade.

não se tratar unicamente de uma crise de saúde pública, mas de uma crise que afetaria a “todos os setores – portanto, todos os setores e indivíduos devem estar envolvidos nesta luta” (OPAS, 2020A). Concluiu, então, dizendo que “os países devem adotar uma abordagem de todo o governo e sociedade, construída em torno de uma estratégia integral para prevenir infecções, salvar vidas e minimizar o impacto” (OPAS, 2020A). Para controlar a propagação do vírus foram recomendadas ações concentradas na detecção, testagem, tratamento, isolamento populacional e mobilização da população no sentido de combater a propagação do vírus e contribuir para a sua prevenção (OPAS, 2020C).

Para além de um fenômeno meramente biológico, o que fica claro observando o cenário de propagação do vírus é que ele também surge em consequência do capitalismo, dos seus mecanismos de produção e exploração da natureza, intrinsecamente vinculados a sua expansão e acumulação. De tal modo que

[...] a dinâmica da crise evidenciada pela pandemia é do modelo de relação social, baseado na apreensão dos meios de produção pelas mãos de alguns e pela exclusão automática da maioria dos seres humanos das condições de sustentar materialmente sua existência (MASCARO, 2020, p. 5)

Nesse sentido, é possível perceber que

[...] as estruturas de desigualdade e dominação não se explicitam apenas no nível interno de cada país, também vêm à tona de maneira escancarada a nível global. Os países da periferia do sistema capitalista foram destruídos por décadas de programas de modernização recomendados (um eufemismo para dizer “empurrados goela abaixo”) pelo FMI, o Banco Mundial, os doutores das faculdades de economia e os políticos com “responsabilidade fiscal” que potencializaram a pobreza, desigualdade, miséria, fome e precariedade de serviços públicos de saúde, saneamento, qualidade da moradia, assistência social. Resultado? Uma incapacidade estrutural de responder às demandas de controle do vírus (MANOEL, 2020).

A pandemia, assim, intensificou as expressões da desigualdade social ao mesmo tempo em que aumentava a exploração da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo em que isso ocorria, houve também um aumento no número de bilionários no Brasil, o qual saltou de 45, 2020, para 65 em 2021; isso enquanto mais de metade da população encontrava-se em situação de insegurança alimentar (RBA, 2021). Esses fatores indicam “a face mais dura de governos autoritários que em seu exercício da governança reafirmam a preocupação com a população através de ações de fortalecimento do mercado e genocídio político, social e econômico” (SILVA, et al, 2020, p. 165).

No Brasil não poderia ter havido encontro pior do que o da gestão anti-ciência de Jair Bolsonaro e o avanço veloz e agressivo do COVID-19. O negacionismo e normalização da situação propagandeada durante a pandemia colocaram a população brasileira às margens da miséria e a sociedade à beira constante do colapso. Em nota, o Instituto Nacional de Pesquisa dos Direitos Humanos (INPPDH), afirmando não pretender esgotar os atos omissivos e

possivelmente criminoso cometidos pela gestão Bolsonaro em seu trato com a pandemia, atribuiu ao referido (des)governo as seguintes condutas:

a) desqualificou as ações promovidas no âmbito dos Estados, DF e Municípios (sobretudo quando calcadas nas orientações da OMS e nas recomendações da comunidade científica); b) incentivou as aglomerações responsáveis pela disseminação exponencial do vírus causador da COVID-19; c) menosprezou a utilização dos meios de higiene pessoal e dos equipamentos de proteção individual, na medida em que jamais afirmou para a população a importância da assepsia das mãos com sabão ou álcool e do uso de máscara (inclusive deixando de usá-las em eventos públicos como um sinal de sua desnecessidade); d) investiu volumosa quantia de dinheiro público e propagou o chamado “tratamento precoce” à base de medicamentos sem qualquer eficácia comprovada, a despeito dos riscos decorrentes da utilização inadequada e/ou continuada, cujos efeitos começaram a aparecer em notícias de pessoas outrora saudáveis e que agora necessitam de transplante de fígado pelo uso de vermífugos, ou que tiveram complicações cardíacas pelo uso de cloroquina ou hidroxicloroquina; e) desdenhou das vacinas ofertadas por indústrias farmacêuticas e por Estados membros, desincentivando a população a tomá-las, apesar de ser esta a única medida atualmente eficiente no combate à doença; e f) aproveitou-se do momento para aprofundar os ataques às instituições democráticas e aos governos dos demais entes federativos do Brasil, assim como para desqualificar as relações internacionais com outros países (INPPDH, 2021, p. 1-2).

Em 2021 houve a instauração da CPI da COVID com fim de investigar a conduta de Bolsonaro e os repasses do governo aos estados e municípios durante a pandemia. Entre os crimes atribuídos ao agora ex-presidente encontram-se os de epidemia com resultado de morte; incitação ao crime; falsificação de documentos; emprego irregular de verbas públicas; crime contra a humanidade, especificamente extermínio e perseguição, etc. Os dados atuais sobre a pandemia, de maio de 2023, contabilizam mais de 700 mil mortos entre os 37 milhões de infectados (BRASIL, 2023), número este que não reflete de forma confiável o extermínio ocorrido em decorrência da falta de testagem em massa no território brasileiro.

O advento da pandemia escancarou a realidade do Brasil e as feridas expostas estão longe de começarem seu processo de cura. Ainda assim, a exposição de tais mazelas e feridas é essencial para que não ocorra o esquecimento desse período de barbárie coletivizada, vivenciada e intensificada por uma gestão racista, machista, homofóbica, anticientífica, incompetente e autoritária.

3 O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC E A LUTA PELA RECOMPOSIÇÃO DO QUADRO DOCENTE

Tendo abordado na seção anterior a educação superior no contexto do projeto neoliberal, nesta seção pretende-se apresentar as particularidades de tal cenário no Curso de Serviço Social da UFSC. Para tanto, o ponto de partida é um breve histórico deste curso no Estado de Santa Catarina para se chegar às condições atuais de sua oferta.

3.1 Apontamentos sobre o Curso de Serviço Social: dos anos iniciais à ampliação em 1998

O primeiro curso de Serviço social de Santa Catarina surgiu em 1958 com a criação da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina (FSSSC) (BRASIL, 1958). O curso inicia vinculado à Fundação Vidal Ramos, associação constituída por instituições patronais, governamentais e da igreja católica voltada ao desenvolvimento de projetos no campo da educação e da assistência social. A base do ensino era a doutrina social da igreja com uma concepção tomista que vinculava os estudos sociais com os fundamentos da religião. (RAMOS, 1984). À época, o curso possuía um corpo docente composto por 17 profissionais - entre eles advogados, assistentes sociais, médicos e sacerdotes da igreja - e tinha em sua matriz curricular 30 disciplinas distribuídas entre as áreas do direito, da medicina, do serviço social e os fundamentos da doutrina, dispondo da seguinte proposta de formação:

Com base na Doutrina Social Cristã, são finalidades da Faculdade de Serviço Social: a) prover a formação de pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social em qualquer de seus campos; b) aperfeiçoar e propagar os conhecimentos e técnicas relativas ao Serviço Social; c) contribuir para criar ambiente esclarecido, que proporcione a solução adequada dos problemas sociais. (RAMOS, 1984, p. 123)

Sua criação, não por acaso, buscava atender às demandas crescentes advindas da classe trabalhadora, do período de industrialização e urbanização do estado catarinense na segunda metade do século XX, que trouxe consigo

[...] os então denominados problemas sociais que requeriam respostas imediatas tanto dos governantes quanto da classe patronal, uma vez que a proteção social dispensada aos trabalhadores catarinenses vinculadas às leis trabalhistas brasileiras se mostravam insuficientes para fazer frentes às péssimas condições de trabalho e moradia, aos altos índices de mortalidade infantil, ao abandono de crianças, aos acidentes de trabalho enfim, à questão social emergente do chamado progresso do estado catarinense (GERBER, 2009, p. 17).

Em 1960 o curso de serviço social é agregado à recém-criada Universidade Federal de Santa Catarina (BRASIL/1960), condição na qual permanece até 1983, ano de sua incorporação na instituição e, decorrentemente, federalização de seu ensino (BRASIL, 1983).

A condição de agregado diferenciava-se dos outros cursos integrados somente na questão econômica, as distinções se encontravam entre as integradas mantidas pelos cofres públicos federais e as agregadas mantidas por outros recursos (RAMOS, 1984),

As integradas seriam aquelas que perdiam a condição de autônoma para se submeter à disciplina da Universidade [...] as faculdades agregadas seriam aquelas que guardavam sua autonomia, mas tinham um status universitário; os diplomas das faculdades agregadas tinham a cobertura da universidade (RAMOS, 1984, p. 163).

O processo de integração ocorreu de forma lenta e conflituosa, sendo marcado por conflitos socioeconômicos entre os interesses da União, da UFSC e da Fundação Vidal Ramos. A partir da Reforma Universitária de 1968 quando foi sedimentada a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão há uma mudança no âmbito da UFSC, que passa a enfatizar a extensão “demandando cada vez mais o conhecimento acumulado no Curso de Serviço Social” (GERBER, 2012, p. 234), esta mudança na relação, intensifica a necessidade de incorporação que resulta posteriormente, em 1983, na federalização do curso.

A partir de 1990, no contexto do avanço das políticas neoliberais no Brasil e das reformas educacionais da época voltadas à expansão do ensino – pela forma equivocada anteriormente exposta -, a oferta do curso de serviço social é ampliada, mais ainda em 1998, quando passa a atender os turnos matutino e noturno, cujas turmas são renovadas semestralmente. Na época os 18 docentes efetivos não eram suficientes para atender as demandas da nova rotina curricular, mas havia uma promessa do reitor, a qual nunca foi cumprida, de dobrar o número de efetivos, totalizando 36 (UFSC, 2023a).

Outro acontecimento importante, que marca a defasagem entre as necessidades do Curso de Serviço Social e o número de docentes, diz respeito à criação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS da UFSC em 2001 em nível de mestrado. Em 2010 houve a ampliação do programa por meio da criação do curso de doutorado, passando a atender ambos. Os dados do semestre de 2023.1 apontam que o PPGSS possui em média 125 discentes distribuídos nos diferentes níveis de qualificação, atendidos por um corpo docente composto por 18 professores doutores permanentes e cinco colaboradores em pós-doutorado (UFSC, 2023b).

A luta pela ampliação do quadro docente tem sido uma demanda recorrente do curso de serviço social há mais de 20 anos. Em 2004, por exemplo, um movimento pela suspensão das duas entradas anuais no curso surge, com fundamento na impossibilidade de atendimento das demandas da graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e atividades administrativas (UFSC, 2023a). Como contexto desse movimento, seu precedente, o período de 1998 a 2004, quando o DSS acumulou uma redução de 70% no número de docentes, considerando, “nesta

análise, a ampliação das atividades acadêmicas em virtude da criação do curso de serviço social noturno (1998) e de mestrado em nível de pós-graduação (2001)” (UFSC, 2023a, p. 2).

Em 2011 o DSS contava com 21 docentes efetivos que, ao todo, desenvolviam

2 cursos de graduação, 2 programas de residência multidisciplinar, 2 programas de Educação Tutorial (serviço social e conexão de saberes), 1 mestrado e 1 doutorado, 1 revista (Revista Katálysis, classificada como Qualis A1 indexada no sistema SCIELO e EDUBASE, entre outros e a única do CSE/UFSC nesta classificação), diversos grupos de pesquisa e um número importante de pesquisas desenvolvidas pelos profissionais da graduação e da pós-graduação, bem como um número significativo de ações e projetos de extensão (UFSC, 2023a, p. 6).

No marco dos 20 anos da ampliação do curso, destacam-se alguns indicadores que, mais uma vez, demonstram a insuficiência do número de docentes do Curso de Serviço Social, necessários para a efetivação do curso nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão. Em 2018, o DSS contava com 26 docentes efetivos, sendo cinco deles afastados, para formação ou doença, e os 21 docentes restantes se dividiram entre as atividades necessárias ao curso e departamento. Houve, então, um pedido de composição para mais seis vagas de docência, almejando com isso alcançar a quantidade de 34 docentes (UFSC, 2023a).

Esse conjunto de dados demonstra que mesmo diante do reduzido e limitado corpo docente, as funções desenvolvidas pelos mesmos continuam a se acumular de forma exponencial, colocando em xeque a qualidade da formação dos discentes e dos próprios docentes, bem como a efetivação PPC.

Com o advento da pandemia da covid-19 e a instituição do Ensino Remoto Emergencial (ERE), intensificam-se as formas de exploração do trabalho e da educação, o que torna urgente que sejam discutidos os rumos da formação em serviço social nesse contexto.

3.2 As condições do curso de serviço social durante a pandemia

O atual Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social data de 2013, quando se concluiu a revisão do currículo anterior de 1999. A necessidade de revisão da formação deu-se principalmente por conta das demandas emergentes a partir da efetivação das políticas neoliberais das décadas de 1990 e 2000 e da reforma do ensino superior.

Na particularidade do Serviço Social, a categoria desde 1980 “discute e implementa propostas curriculares por meio de processos de participação democrática e de construção coletiva” (PPC, 2013, p. 23). Com a intensificação das políticas de desestruturação da universidade pública e o crescimento exponencial dos cursos privados e a distancia colocando em risco a qualidade da formação, era necessário e urgente defender as diretrizes curriculares disseminadas pela categoria a fim de melhor implementá-las,

[...] o Curso foi provocado por necessidades de atualizações constantes, seja no plano curricular, sobretudo em relação aos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e o ensino da prática profissional, seja na organização do estágio curricular obrigatório e não obrigatório, pelas demandas do mercado de trabalho, especialmente nas políticas sociais e nos movimentos sociais, seja nos processos de gerenciamento da atividade acadêmica, necessidades de avaliação e de acompanhamento sistemático do processo de formação e das demandas pela solidificação e expansão da pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. (PPC, p.9)

Foram cerca de seis anos de discussões, seminários e oficinas temáticas com os docentes, discentes e supervisores de estágio. À época o DSS contava com um corpo docente formado por 22 efetivos e seis substitutos, com discentes em sua maioria oriunda da classe trabalhadora, “com reais necessidades básicas a serem suprida, condição esta para permanência e conclusão do curso em nível superior” (PPC, 2013, p. 30).

Sabe-se, de antemão, que o modelo de educação ao qual estamos submetidos caminha na direção oposta do projeto ético político da profissão, visto que este se encontra vinculado a um projeto de transformação da sociedade e que aquele está intrinsecamente vinculado à reprodução conservadora dos valores meritocráticos e preconceituosos da classe dominante, refletida dentro das universidades públicas assim como no sistema de educação básico e médio.

Esses valores construídos historicamente vêm auxiliando no isolamento e afastamento de alunos pertencentes à classe trabalhadora do ambiente universitário, além disso, o cenário explícito de sucateamento da educação e intensificação da disputa de classes em decorrência da liberalização da economia e do Estado durante o período de pandemia da covid-19 trouxe consigo a necessidade de reflexão sobre a relação ensino-aprendizagem no curso de serviço social nesse contexto.

O PPC vigente tem como pressupostos uma série de conhecimentos sistematizados em prol da formação crítica e socialmente consciente. Dentre estes, citam-se a promoção do conhecimento crítico científico a partir dos estudos sociais; a garantia de formação ética e humanista; a aquisição do conjunto de competências e habilidades necessárias para analisar as expressões da questão social; o fomento da postura investigativa necessária ao exercício profissional, e; a articulação dos conhecimentos teórico-metodológicos, ético-profissional e técnico-operativos (UFSC, 2013).

A observância destes conteúdos perpassa, necessariamente, pela metodologia e pela relação ensino-aprendizagem. Conforme previsto no PPC, a relação ensino-aprendizagem possui uma dupla ancoragem: o ensinar e o aprender. Ou seja, aquela relação é uma construção coletiva e constante entre docente e discente no processo formativo, buscando-se, nisso, “superar a utilização de metodologias conservadoras e diretivas que visam ao simples

processo de memorização de conteúdos” para, ao contrário, “construir um caminho na direção do apreender, apropriar, agarrar, assimilar mentalmente, entender e compreender” (UFSC, 2013, p. 59).

Isso indica a necessidade dos docentes em se dedicar a pensar o fazer pedagógico a partir da perspectiva de tornar os discentes mais ativos como sujeitos inseridos em processo de aprendizagem. A proposta desta relação, dialética e humanizada, contribuiria então para a democratização do ambiente acadêmico, pois “não há docência sem discência, das duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém” (FREIRE, 1996, p. 23).

Ademais, conforme disposto no desenvolvimento do presente trabalho, as instituições públicas de ensino, seja ele fundamental, médio ou superior, vêm sofrendo constantes ataques, sejam eles oriundos de cortes em verbas, carência de corpo docente em termos quantitativos, sucateamento de estrutura, falta de incentivo à pesquisa e extensão, ou reprodução midiática e institucional de discursos ofensivos às instituições públicas, favoráveis às privadas e à privatização. No DSS, a característica da desestruturação da universidade encontra-se na intensificação da exploração do trabalho docente, que é fruto de sucessivas reformas elaboradas em favor do mercado, que desencadearam essa condição insustentável para efetivação do projeto pedagógico de curso e de um processo formativo verdadeiramente democrático.

Em março de 2020, alguns dias após o Decreto Legislativo nº 6/2020 que declarou estado de calamidade pública em razão da pandemia, o MEC (BRASIL, MEC, 2020) permitiu as atividades remotas como forma de substituição das aulas presenciais.

As preocupações iniciais manifestadas pelo DSS em relação às atividades virtuais foram em relação às consequências da educação em distância. O ERE adotado pelas universidades diferenciava-se do EaD na medida em que as aulas deveriam ocorrer de forma síncrona, elas aconteceriam nos horários pré-definidos de maneira virtual e com atividades assíncronas, onde o discente realizaria as atividades acordadas no plano de ensino, como provas, leituras, atividades avaliativas e etc.; Já o EaD, não necessita de um professor à disposição, sendo possível o acompanhamento das disciplinas por meio de vídeo aulas, com uma interação muitas vezes nula, com os docentes e colegas.

Seja em caráter excepcional ou não, o ensino a distância é norteado por dificuldades e problemas estruturais em comum – tais quais desvalorização do processo pedagógico,

intensificação da jornada de trabalho docente – da educação presencial, mas especificamente no que se refere ao ERE, concorda-se que o mesmo

[...] não tem a qualidade que se pretende imprimir ao sistema educacional brasileiro presencial, na medida em que precariza a atividade docente, não garante a universalidade de acesso para a sociedade e destitui a educação de seu sentido mais pleno, qual seja, o da troca e construção coletiva do processo de ensino-aprendizagem (ANDES, 2020, p.8)

No início da pandemia, foram discutidos os princípios e diretrizes a serem defendidos pelo curso durante a reorganização decorrente da crise sanitária. Dentre os apontamentos destaca-se a preocupação, por parte de alguns, com o antagonismo entre a educação defendida pelo Serviço Social e a proposta em voga do ERE; isso porque

[...] vários professores e estudantes se manifestaram sobre os desafios impostos pela crise sanitária e sobre as condições para a retomada das atividades de ensino. As opiniões convergiram para o entendimento que estaríamos criando alternativas para reduzir os prejuízos da formação, ainda que estes seriam inevitáveis (UFSC, 2020B).

Ademais, também houve questionamentos sobre a falta de conhecimento prévio acerca da situação socioeconômica dos discentes e de suas condições de acesso aos materiais e meios necessários ao acompanhamento das aulas virtuais e da realização de atividades avaliativas, sejam elas síncronas ou assíncronas.

Após o período de redefinição dos procedimentos a serem adotados pelos cursos e departamentos, era inevitável o início das atividades de forma remota. E assim, em agosto de 2020, foi expedida a Resolução Normativa nº 140/2020/CUn, de 21 de julho de 2020, que autorizou as atividades pedagógicas virtuais em caráter excepcional (UFSC, 2020A). Referido documento previa que, sob vigência do calendário suplementar excepcional, a definição das disciplinas, turmas e atividades pedagógicas ficariam a critério conjunto dos colegiados de departamento e do curso. Junto disso, coube também àqueles a redefinição dos planos de ensino em relação à carga horária dos semestres executados sob a vigência da excepcionalidade do calendário. Aos docentes coube a participação em cursos de capacitação para o uso das plataformas digitais de conferência e outros recursos; visando-se, com isso, a familiarização dos professores com as ferramentas tecnológicas necessárias para efetivação das disciplinas e construção das atividades síncronas e assíncronas, que se tornaram obrigatórias durante o ERE (UFSC, 2020A).

3.3 Os recursos humanos do DSS durante a pandemia

Tendo em vista as questões abordadas, utilizou-se aqui dos documentos de Planejamento e Acompanhamento de Atividades Docentes (PAAD) dos semestres realizados sob o calendário

excepcional (de 2020.1 a 2020.2) e dos semestres iniciais de retomada das atividades presenciais (2022.1 a 2022.2) para levantar dados acerca do quantitativo de docentes disponíveis nos referidos períodos e da respectiva carga horária dispensada para as atividades necessárias à formação da graduação e pós-graduação de forma a evidenciar as condições materiais do curso de serviço social, especialmente dos docentes, na efetivação de sua proposta de formação.

Por conta do período de paralização das atividades de 2020 o calendário precisou ser reformulado conforme o tempo restante para sua implementação, os semestre letivos ocorreram nos seguintes períodos do calendário do ano civil: **2020.1:** 31/08/2020 a 19/01/2021; **2020.2:** 01/02/2021 a 22/05/2021; **2021.1:** 14/06/2021 a 02/10/2021; **2021.2:** 25/10/2021 a 27/03/2022; **2022.1:** 18/04/2022 a 03/08/2022; **2022.2:** 25/08/2022 a 23/12/2022. Os semestres supracitados contaram com os recursos humanos dispostos a seguir:

Tabela 1 – Docentes do departamento de serviço social da UFSC no período de 2020.1 a 2022.2

Semestre letivo	2020.1		2020.2		2021.1		2021.2		2022.1		2022.2	
Docentes	Nº	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Efetivos	29	100%	29	100%	29	100%	29	100%	29	100%	29	100%
Afastamentos para formação	1	3,45%	1	3,45%	0	0	0	0	0	0	0	0
Afastamentos para trat. saúde	1	3,45%	1	3,45%	1	3,45%	0	0	3	10,34%	3	10,34%
Afastamentos para gestão universitária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	6,90%
Efetivos em exercício	27	93,2%	27	93,2%	28	96,55%	29	100%	26	89,66%	24	82,76%

Fonte: elaboração própria

No que toca os afastamentos para formação, em 2020 o Departamento de Ensino (DEN) informou a impossibilidade de contratação de professores substitutos para os docentes afastados em decorrência da realização de pós-doutorado (UFSC, 2020C). As horas de trabalho do mesmo necessariamente seriam redistribuídas entre os docentes dos respectivos cursos. Naquele momento a chefia de departamento propôs que fossem suspensas as saídas para formação durante a vigência da orientação por conta do quadro docente limitado e já

esgotado em relação à carga horária, houve desacordo nas opiniões docentes sobre a proposta, onde alguns defendiam a priorização da formação dos docentes (UFSC, 2020C).

Importante, ainda, notar que os afastamentos decorrentes de questões de saúde mantiveram-se estáveis entre os semestres de 2020.1 a 2021.2, mas em 2022 há um aumento considerável que coincide com o retorno das atividades presenciais; em relação aos afastamentos para gestão universitária duas docentes do DSS encontram-se atualmente dispostas como Pró-Reitoras, uma delas na Pró-Reitoria de Permanência e Assuntos Estudantis – PRAE; a segunda, na Pró-Reitoria de Graduação e de Educação Básica – PROGRAD. Estas disposições tem um peso político significativo diante do cenário político e econômico do Brasil, a construção de políticas de permanência e de incentivo à educação é urgente. Mas, diante das condições do departamento, reduz o número de docentes efetivos em exercício para 24, afetando a categoria ao mesmo tempo em que possibilita a categoria de assistentes sociais a participar da administração.

Reafirma-se ainda que o número de docentes efetivos do departamento encontra-se distante daquele considerado como essencial – duplicação da oferta do curso efetivada em 1998 -, questão recorrentemente demandada no decorrer dos anos e que persiste até os tempos atuais, visto que o PPC de 2013, ao tratar sobre os recursos necessários à nova matriz curricular, afirmava a necessidade de ampliação do corpo docente para pelo menos 37 efetivos.

Em relação aos substitutos, a Portaria Normativa nº154/2019 da UFSC que trata sobre a contratação de docentes substitutos, dispõe que os mesmos só podem realizar atividades de ensino básico e graduação, não permitindo a participação dos mesmos no âmbito da pesquisa, extensão e administração (UFSC, 2019B), ressalta-se o dispositivo no artigo 6º, quando se define que:

Art. 6º A contratação de professor substituto poderá ocorrer somente para o exercício de atividades de ensino relacionadas a planejamento, preparação, desenvolvimento e avaliação das aulas ministradas, no âmbito do ensino básico e da graduação.

§1º Excetua-se do disposto no caput deste artigo a orientação de trabalhos de conclusão de curso.

§2º Excepcionalmente, a critério do órgão solicitante ao qual é vinculado, o professor substituto poderá exercer atividades de ensino concernentes a estágios curriculares obrigatórios, desde que seja habilitado para tal.

Dito isso, durante este período a contratação de docentes substitutos para suprir minimamente a demanda necessária ao ensino ocorreu conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Número de docentes substitutos do DSS no período de 2020.1 a 2022.2.

Semestre letivo	Nº de substitutos
2020.1	1
2020.2	2
2021.1	1
2021.2	1
2022.1	1
2022.2	3

Fonte: elaboração própria

Por mais que a quantidade de afastamentos esteja em conformidade com o número de substitutos em quase todos os semestres, exceto em 2022.1, nota-se que este número nunca alcançou um patamar adequado para a efetivação das condições básicas para oferta do curso em relação às disciplinas disponibilizadas. Visto que por apenas suprir os afastamentos, não se interfere numa melhora na distribuição, e, junto da vedação de participação em áreas de pesquisa, extensão, administração e pós-graduação contribuem de forma indireta para o aumento da exploração do trabalho docente.

Na tabela 2 apresenta-se o número de docentes efetivos vinculados ao PPGSS e aos demais programas de pós-graduação junto aos docentes que atuam nos programas de residência multiprofissional.

Tabela 2 – Docente do DSS que ministraram disciplinas em programas de pós-graduação da UFSC no período de 2020.1 a 2022.2

Programa	PPGSS ¹³	PPGICH ¹⁴	PPSP ¹⁵	Residência multiprofissional ¹⁶	Total
Semestre					
2020.1	6	1	0	4	11
2020.2	6	0	1	3	9
2021.1	6	1	0	3	10
2021.2	7	1	1	3	12
2022.1	5	0	1	3	8
2022.2	9	1	0	3	10

Fonte: elaboração própria

¹³ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS).

¹⁴ Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH).

¹⁵ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPSP).

¹⁶ Programa de Residência Integrada em Saúde da Família.

É necessário explicar que os números que aparecem no PAAD representam as disciplinas ministradas e o número total da tabela diz respeito à totalidade de docentes vinculados ao respectivo programa. Dito isso, o PPGSS e a Residência Profissional apresentam a maior demanda de docentes, o que se esperava, porém, há uma disparidade em relação à tabela 1 no que se refere ao número de docentes efetivos em exercício e o número de docentes vinculados ao PPGSS da tabela 2 durante semestre de 2022.2. Enquanto que na tabela 1 há uma redução de 17%, a tabela 2 apresenta um crescimento percentual de 80% na quantidade de docentes efetivos. Isso demonstra, de forma preliminar, uma priorização de pós-graduação e uma conseqüente desvalorização da graduação.

O cenário visualizado até aqui pressupõe uma intensificação da jornada de trabalho que se apresenta de forma límpida ao observar-se a distribuição da carga horária docente, conforme a tabela 3, que segue:

Tabela 3 – Distribuição da carga horária dos docentes do DSS durante os semestres de 2020.1 a 2022.2.

Semestre	2020.1		2020.2		2021.1		2021.2		2022.1		2022.2	
letivo												
Carga Horária	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%
Ensino	369	28,82	428	33,31	355	29,95	381	30,37	362	30,36	393	32,64
Orientações	182	14,14	164	12,80	216	18,22	213	16,96	230	19,29	214	17,17
Pesquisa	294	22,96	290	22,64	276	23,29	283	22,54	232	19,46	211	17,52
Extensão	197	15,39	159	12,41	160	13,50	164	13,06	174	14,59	147	12,20
Formação	40	3,12	40	3,12	0	0	0	0	0	0	0	0
Administração	199	15,54	200	15,62	178	15,02	214	17,04	194	16,27	239	19,85
Total de horas	1280		1281		1185		1255		1192		1204	

Fonte: elaboração própria

A tabela 3 faz referência apenas ao corpo docente efetivo do DSS. A carga horária distribuída no PAAD não faz jus à quantidade exata de horas dispensadas pelos docentes, visto que a UFSC não autoriza a computação de mais de 40 horas para cada docente. Há, então, uma porcentagem de horas não preenchidas e, portanto, não mensuráveis referentes a distribuição da carga horária. Para além de um trabalho realizado e não remunerado a não computação da carga horária efetiva contribui para a exploração do trabalho e acumulação de mais-valia, pois o aumento da carga horária sem uma remuneração adicional faz com que o Estado administre a exploração da mais-valia gerada por esse trabalho, o que no quadro geral

da política nacional, significa a transferência do capital e dos recursos públicos para o setor privado beneficiando tão logo a burguesia.

Desse modo, a partir das horas facultadas, percebe-se que o acúmulo das horas de ensino mantiveram-se estáveis no seu crescimento durante e após a pandemia. As horas destinadas à orientação, por sua vez, apresentam crescimento desordenado, alcançando o ápice na retomada das atividades presenciais. As horas referentes à pesquisa e extensão apresentam variações que, no geral, indicam redução considerável das atividades, principalmente nos semestres de 2022. Sobre a formação docente, salvo o ano de 2020, não houve nenhum afastamento. As atividades administrativas, enfim, tiveram crescimento quase exponencial, exceto o semestre de 2021.1, representando um aumento no acúmulo de funções de ensino e administração.

3.4 A situação dos discentes do Curso de Serviço Social: dados sobre a evasão

Os índices sobre a pandemia no Brasil indicam que os fatores de contaminação e mortalidade estão concentrados nas regiões mais desiguais do país, afetando principalmente pessoas negras, pardas, indígenas, mais velhas e com menor escolaridade, além disso, os trabalhadores mais precarizados, informais, desempregados e sem-teto foram os mais afetados, em decorrência das condições precárias de saneamento, transporte e serviços públicos. Os estudantes universitários também foram impactados negativamente, principalmente aqueles que pertencem à classe trabalhadora empobrecida, enfrentando o desafio de conciliar trabalho e estudos.

Destaca-se a importância de entender a realidade dos discentes do Curso de Serviço Social da UFSC durante a pandemia, considerando seus aspectos econômicos, sociais, de saúde física e mental, neste sentido apresentamos alguns dados elucidativos acerca destas condições. Os índices de evasão estudantil entre os semestres de 2013.2 a 2020.2 estão dispostos na tabela 4:

Tabela 4 – Índices de Evasão Estudantil do Curso de SSO 2013.2 a 2020.2

Semestre	Abandono	Desistência	Eliminado/Cancelado	Transferido	Trancado	Total
2013.2	41	5	0	0	0	46
2014.1	38	6	0	1	1	46
2014.2	40	11	0	1	1	53
2015.1	39	12	0	2	1	54
2015.2	50	6	0	0	1	57
2016.1	21	8	0	3	1	33
2016.2	35	5	0	0	2	42
2017.1	21	16	1	0	1	39
2017.2	21	7	0	0	1	29
2018.1	10	5	0	0	2	17
2018.2	11	10	1	0	1	23
2019.1	6	7	2	0	0	15
2019.2	0	6	0	0	5	11
2020.1	0	4	2	0	3	9
2020.2	0	5	1	0	4	10
Total	333	113	7	7	24	484

Fonte: UFSC, SSO, 2021, p. 18.

Os dados apresentados indicam um percentual de abandono de 68,8%, desistências de 23,3%, eliminação ou cancelamento de 1,4% e trancamento de 5%. Durante a vigência do ERE, a UFSC, por meio da câmara da graduação, instituiu a disciplina ZZZ2020 para que os discentes que não tiveram condições de acompanhar as atividades remotas não perdessem o vínculo com a universidade.

O sistema de Controle Acadêmico da Graduação (CAGR) realizava automaticamente a matrícula na referida disciplina quando o discente não se inscrevia em nenhuma outra disciplina. Além disso, os discentes em situação irregular ou de abandono posterior ao ERE foram reintegrados ao sistema com a automatização do CAGR (DEMÉTRIO, 2022). Nesse sentido, os dados quantitativos referentes aos discentes matriculados em ZZZ2020 podem ser visualizados na tabela 5:

Tabela 5 – Discentes Matriculados na Disciplina ZZD2020- 2020.1 a 2021.2

Semestre	Matutino	Noturno	Total
2020.1	49	45	94
2020.2	85	83	168
2021.1	100	100	200
2021.2	108	109	217
Total Geral	342	337	679

Fonte: DÉMETRIO, 2020, p. 58

O cenário apresentado reflete que o contexto pandêmico intensificou os índices de evasão do curso. Isso ocorreu, em boa medida, por decorrência das condições de ensino no contexto do ERE, que aumentavam a disparidade entre os alunos da classe trabalhadora em relação com eventuais alunos mais bem aparelhados materialmente com computadores, acesso à internet, espaço adequado para o estudo, tempo adequado para o estudo; enfim, havia naquele período uma quantidade significativa de discentes contrários ao ensino nesta modalidade e que, por isso, mantiveram-se afastados (DEMÉTRIO, 2022).

Em 2021, a Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social realizou uma sondagem acerca das intenções de retorno dos discentes às atividades presenciais em 2022.1, a participação contemplou 518 dos 707 discentes matriculados, totalizando um percentual de 73% de discentes, quando 316 responderam afirmativamente sobre a intenção de voltar à modalidade presencial enquanto 75 responderam que não (DEMÉTRIO, 2022).

Estima-se ainda que cerca de 55% dos discentes encontram-se inseridos no mercado de trabalho de forma presencial, somando-se aqui os que trabalham formalmente e autônomos. Entre os motivos apresentados pelos discentes que não pretendiam voltar ao curso no semestre 2022.1, destacam-se aqueles que relataram a questão do trabalho e a impossibilidade de conciliar os horários deste com a carga curricular, junto ao argumento relativo à insegurança do contexto pandêmico. Outros motivos apontados foram a falta de uma rede de apoio para deixar filhos nos períodos de aula e atividades, bem como problemas sócio-emocionais advindos do contexto de isolamento social e desemprego (DEMÉTRIO, 2022).

Não se buscou um levantamento de quais condições encontram-se os discentes durante o ano de 2022 – período de retomada das atividades presenciais – mas as informações acerca da pandemia deixam um cenário preocupante acerca de quais e em que situação

socioeconômica e emocional, retornaram os discentes do Curso para a universidade e de que forma estas demandas implicaram sobre a formação e a relação de ensino e aprendizagem.

3.5 As condições materiais do Curso de Serviço Social para efetivação do PPC

Sabe-se que o Serviço Social emerge em meio à questão social como forma de estabelecer controle social sob a classe dentro das recorrentes crises do capitalismo. Tal qual a crise em que vivemos hoje, as crises capitalistas no geral “exercem um efeito bastante paradoxal sobre as pessoas e as classes sociais, em função de sua posição no processo produtivo, de sua aproximação à totalidade” (MARTINELLI, 2011, p. 136). Dentro do DSS, os anos que sucederam a duplicação de oferta do curso em 1999 foram marcados por sua desestruturação, que se materializou na demanda histórica da categoria docente em prol do aumento do corpo efetivo; demanda que segue até os dias atuais.

O balanço sobre o neoliberalismo realizado anteriormente, indica que o mesmo tem tido como resultado mais duradouro e explícito “a constituição de uma sociedade dual, estruturada em duas velocidades que se coagulam num verdadeiro *apartheid social* (ANDERSON, et. al, 1995, p. 146), com “um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional” (OLIVEIRA, 1995, p. 23).

As sucessivas reformas da educação, o incentivo e aumento da oferta do ensino superior no âmbito privado, junto aos cortes orçamentários decorrentes das políticas econômicas de arrocho fiscal trazem ao cenário político-institucional dificuldades para a manutenção da universidade; para além de bloquear qualquer avanço mais ousado rumo à universalização da universidade pública, gratuita e de qualidade, e não só a proteção do caráter público, gratuito e de qualidade do modelo clássico de universidade restrita em acesso pelo vestibular, além disso, o cenário de precarização da vida e a regressão de direitos vivenciadas nos últimos anos aumentaram os desafios postos à organização política, afetando a formulação de estratégias de enfrentamento ao projeto de sociedade em voga.

A história do Serviço Social também expõe processos diversos e marcados pelas contradições políticas e econômicas que permeiam a história do Brasil. A profissão se institucionaliza na década de 1930 com um forte caráter conservador, contando com recursos empresariais e estatais e forte apoio da Igreja Católica. Naquela momento a Igreja era a principal responsável pela formação profissional, influenciando os ideais e conteúdo, que tinham um enfoque individualista, psicologizante e moralizador da questão social.

A partir de 1940 tem-se uma ampliação na atuação dos assistentes sociais no âmbito da execução das políticas públicas causando uma reorientação profissional, a partir da necessidade de ampliação dos referenciais técnicos e a sistematização dos espaços ocupacionais. A profissão mantém seu caráter conservador combinando o discurso humanista cristão com a base teórico-científica positivista, abordando as relações sociais a partir das vivências imediatas em detrimento de uma análise histórica, buscando a regulação e não a transformação da sociedade que perdura também na década de 1950.

Em 1960 o Serviço Social aproxima-se das teorias marxistas mas ainda não tinha contato com as obras de Marx, a partir de uma leitura estruturalista do marxismo possuía uma

[...] prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção - desde um ponto de vista claramente funcionalista - de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável.” (NETTO, 1998, p. 117)

Manteve-se alinhada ao chamado Serviço Social Tradicional e seguiu a linha de intervenção embasada na individualidade e na manutenção do status quo.

O Serviço Social Tradicional ainda perdura na década de 1970 porém com resistência por parte da categoria. Neste momento o Serviço Social encontrava-se num processo de renovação, que vinha se fortalecendo desde a década de 1960 em toda a América Latina e expressou-se tanto na reatualização do conservadorismo quanto na busca pelo rompimento com este. Esta intenção explicita-se no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, conhecido como congresso da virada, que deu uma contribuição decisiva para os rumos futuros da profissão e seu alinhamento com as lutas da classe trabalhadora.

Há também uma expansão na atuação referente as áreas de pesquisa, administração, acompanhamento e avaliação de programas e políticas. Esta expansão inicia um questionamento acerca da burocratização da profissão e seu conseqüente vínculo com os interesses capitalistas que vinha seguindo a linha tecnocrata a partir da modernização conservadora da ditadura.

Na década de 1980, houve a ebulição dos movimentos políticos e sociais em oposição organizada ao regime da ditadura militar, que perdurou ainda até os anos de 1985-1988. Nesse período o serviço social passou por um processo de reconstrução de práticas e renovação de perspectivas teóricas, buscando-se com isso o afastamento do conservadorismo e aproximação para com as teorias críticas, partindo das obras de Marx e teóricos próximos ao pensamento marxista/socialista. Esta aproximação mudou os rumos até então delineados pela categoria, no âmbito da formação tem-se a revisão curricular de 1982 que buscou superar o tradicionalismo

teórico-metodológico e ético-político; posteriormente em 1986 é aprovado o Código de Ética Profissional do Assistente Social que institui uma ideia de compromisso com a classe trabalhadora ao afirmar que

[...] inserido neste movimento, a categoria de Assistentes Sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e acrítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe. As conquistas no espaço institucional e a garantia da autonomia da prática profissional requerida pelas contradições desta sociedade só poderão ser obtidas através da organização da categoria articulada às demais organizações da classe trabalhadora.” (BRASIL, 1986, p. 1)

Já na década de 1990, com o avanço do neoliberalismo e a conseqüente reestruturação do mundo do trabalho, estendem-se os campos de atuação profissional ao terceiro setor.

Ainda nesta década, o Código de Ética do Assistente Social (BRASIL, 1993) positivou a necessidade de um redimensionamento das formas de atuação diante das novas demandas, possibilidades e maneiras de intervir diante das alterações de padrões de acumulação do capital e regulação do trabalho.

Em 1996, a ABESS apresenta as diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, as quais eram embasadas no Currículo Mínimo aprovado, também naquele ano, em Assembleia Geral Extraordinária da instituição. Referido documento expressou “uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social” (ABEPSS, 1996) para que assim fossem alcançados os objetivos a tanto almejados na atuação do profissional de serviço social.

A formação de profissionais alinhada ao projeto ético político proposto visa desenvolver um assistente social com perfil crítico e entendimento político alinhados à defesa da classe trabalhadora e ao fortalecimento da construção coletiva de um processo de ruptura com o capitalismo e a sua sociedade de classes. Para isso, é necessário estar seguro e convicto da dimensão interventiva do assistente social, reconhecendo que o seu ofício

[...] se altera e se transforma quando se alteram os elementos que constituem o fundamento de sua existência, ou seja, a questão social, os processos de exclusão e as novas demandas oriundas da dinâmica societária lhe exigem intervenção específica e qualificada. Outra decorrência desse reconhecimento é a necessidade de compreensão dos processos sociais e de um método pedagógico para a tarefa de formar os novos profissionais (PPC, 2013, p. 36).

Ora, a contradição dessa questão reside em que, para formar bons profissionais, alinhados com o projeto profissional defendido pelo serviço social, necessita-se, de antemão, de docentes também alinhados ao mesmo projeto e organizados politicamente de forma a auxiliar os discentes na apreensão da realidade concreta com fins à ação nessa realidade. Nesse sentido, é comum ter-se o pensamento de que o serviço social, por ser uma profissão

vinculada às lutas da classe trabalhadora, é, de forma automática e espontânea, alinhado e organizado naturalmente de forma frontal às incontáveis contradições e ofensivas do mundo capitalista. Sobre isso, concorda-se aqui com a premissa de que o serviço social realmente se organiza e trava suas lutas historicamente a partir das expressões da questão social. No entanto, discorda-se que esse fator pressupõe naturalmente um automático alinhamento da intervenção no sentido de emancipar a classe trabalhadora, pois o assistente social não está alheio ao processo dialético de alienação implicado na vida cotidiana pelo capitalismo. Sobre esse ponto, vale lembrar que

[...] diz-se com frequência: a classe operária tende espontaneamente ao socialismo. Isso é perfeitamente justo no sentido de que a teoria socialista, com mais profundidade e exatidão do que qualquer outra, determina as causas dos males de que padece a classe operária e é precisamente por isso que os operários a assimilam com tanta facilidade, desde que essa teoria não retroceda ante a espontaneidade, desde que submeta a si mesma a espontaneidade. [...] *a classe operária tende espontaneamente ao socialismo, mas a ideologia burguesa, a mais difundida (e constantemente ressuscitada sob as formas mais diversas), é aquela que mais se impõe espontaneamente aos operários* (LENIN, 2020, p. 58)¹⁷

Enquanto que o projeto educacional do curso exige condições materiais específicas para elaboração de respostas às exigências da realidade, a heterogeneidade burguesa da universidade pública limita este processo, tornando-o “restrito ao ensino desvinculado da realidade que, de fato, não capacita para um exercício consciente e consequente da profissão na sociedade brasileira” (CARVALHO, *In*: ABESS, 1993, p. 30). Visar construir uma docência de forma justa, ética e plural, que olha para a formação como contínua e coletiva, implica pensar na relação dialética entre o conhecimento da matéria e o conhecimento do modo de ensiná-la (BORGES, 2012), o que significa que a docência em serviço social não pode desvincular-se das diretrizes para atuação do assistente social, pois as duas encontram-se intimamente ligadas aos princípios éticos construídos pela mesma. Mais ainda, necessita o profissional de olhar para si e para os companheiros de categoria enquanto classe trabalhadora precarizada, explorada e em processo de franco adoecimento, explorando, decorrentemente, as contradições presentes em suas práticas e vidas cotidianas de forma conjunta, buscando coletivamente resguardar as condições mínimas necessárias à formação e avançar no jogo político no sentido mais favorável à sua classe.

Não se deseja - nem se acredita - aqui culpabilizar a docência pela obsolescência posta na estrutura da universidade ou pela apatia dos seus pares, dos discentes ou dos servidores, mas sim retomar aquilo que deve ser central para a atuação profissional do mesmo, o compromisso com a classe trabalhadora, o olhar crítico e atento para as expressões da questão

¹⁷ Grifos meus.

social que rodeiam o seu espaço de intervenção, a formulação de saídas e a construção de agendas de luta por melhores condições de trabalho e vida, para decorrentemente se alcançar melhores condições de ensino.

Isso tudo porquê “um professor sem estímulo, sem vontade, pelas precárias condições de trabalho, não vai fazer nada disso. Ele vai lutar pela sobrevivência” (WANDERLEY, *In*: ABESS, 1993, p. 15). Por isso, é necessário discutir a formação na atual conjuntura política tal qual a organização, considerando-se que as mesmas determinam as condições objetivas de trabalho, estudo e organização política, bem como são capazes de impedirem uma relação de ensino-aprendizagem democratizada. Nessa linha, a debilidade universitária se expressa

[...] na dificuldade de viabilizar uma relação pedagógica em que o professor e aluno, conjuntamente, a partir de suas posições específicas no contexto universitário, produzam o processo da formação profissional. Esta dificuldade de desenvolvimento da relação pedagógica evidencia-se nas distintas situações vivenciadas por docentes e discentes: nas aulas em que é difícil uma participação qualitativa do aluno e um trabalho docente que atenda às expectativas dos estudantes; no processo no processo avaliativo que fica restrito quase sempre a tarefas academicistas em que o estudante, de fato, não elabora, não produz; na própria vida universitária em que professores e alunos ressentem-se da reflexão, do debate, da crítica. E, assim, o processo pedagógico vai se burocratizando, reforçando o imobilismo, a mediocridade e a alienação no contexto da vida universitária, o que vai compreender essencialmente a dinâmica das propostas curriculares e o próprio desenvolvimento do projeto de formação do assistente social na sociedade brasileira” (CARVALHO, *In*: ABESS, 1993, p. 33)

Há de se construir conjuntamente, de forma organizada e com caráter urgente, um espaço de diálogo, formação e formulação política a fim de sociabilizar as condições que tornam insustentáveis para o departamento efetivar seus objetivos, e, assim, construir estratégias de luta e redução dos danos causados à formação.

A pandemia, como mais recente episódio de desorganização da formação, tanto pela ingerência quanto pela ignorância e omissão vexatória do Estado brasileiro totalizou quase 700 mil óbitos por infecção, deixou sequelas que intensificaram problemas já existentes a muito na sociedade brasileira e deu nova forma a outras. Segundo pesquisa do IBGE (2022), o Brasil encerrou o terceiro trimestre de 2022 com 10 milhões de desempregados, a questão da saúde mental nunca foi tão pujante após esses 2 anos de *lockdown* mal feito e mal gerido, além da intensificação das desigualdades sociais, do retorno do país ao mapa da fome e do sucateamento da vida de forma geral.

O cenário político e econômico do Brasil de hoje não difere tanto daquele posto antes da pandemia de Covid-19. Bolsonaro foi derrotado nas urnas pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porém as políticas de concessão da educação ao mercado e a ofensiva dos direitos sociais extraviados não se reverteram. Além disso, no Congresso Federal, nas câmaras e assembleias legislativas, nos executivos de estados, do distrito federal e dos municípios,

bem como por todo judiciário e dentro dos mais diversos órgãos da administração pública ainda reinam aqueles sujeitos e, mais importante ainda, aqueles ideais alinhados ao projeto fascista.

Em maio de 2023, por exemplo, foi promulgado o novo arcabouço fiscal do governo petista, que passa a vigorar no lugar do antigo teto de gastos (EC/95). A nova política fiscal adotada expressa uma profunda disputa pelo fundo público, que tem papel central no contexto de crise do capital (SALVADOR, 2020), “trata-se de uma medida que controla os gastos em tudo que é importante para a classe trabalhadora e mantém intacto o gasto financeiro do estado” (ANDES, 2023). As prováveis consequências dessa política para o campo da educação indicam um cenário futuro desesperançoso que rapidamente poda a perspectiva de um futuro progressista, acenando-se para novos cortes, bloqueios de recursos e desestruturação das universidades públicas.

Em Santa Catarina, por sua vez, corre atualmente no legislativo o programa “Universidade Gratuita”, do governo bolsonarista de Jorginho Mello (2023- corrente), que visa ofertar bolsas de graduação nas IES vinculadas à ACAFE (ACN, 2023). Em contrapartida, a UFSC iniciou o ano de 2023 com um déficit orçamentário de 5 milhões de reais (APUFSC, 2022). Observa-se novamente o intento não há uma universalização de acesso, mas sim de um esquema excludente e seletivo que levará a uma formação ainda mais precária e, ademais, ao endividamento dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção deste trabalho de conclusão de curso pôde-se constatar uma escalada dos ataques ao ensino superior público, tanto em termos históricos quanto na particularidade social contemporânea. Essa escalada trouxe consigo traços marcantes de um passado e de um projeto de futuro desenvolvido em prol do capital, manifestado no empresariado e nos bancos internacionais, em detrimento da classe trabalhadora e, conseqüentemente, da maioria da população brasileira, excluída do ensino público, gratuito e de qualidade.

Sobre o Serviço Social, e a sua formação profissional, em particular, concorda-se aqui que ambos são marcados pela temporalidade histórica e influências de conjuntura econômica, política e teórica (BAPTISTA, 2010). A docência em serviço social hoje enfrenta desafios e dificuldades específicas à estrutura atual, acumuladas com as demandas históricas e ainda não alcançadas, para além da necessidade de atualização de conteúdos devido à atualização de dinâmicas sociais e evidentes mudanças da realidade dos estudantes; o que exige novas formas de intervenção.

Buscou-se nesta pesquisa fazer uma exposição simplificada das questões que permeiam o DSS neste momento e incentivar uma discussão sobre as implicações destas na formação e na posterior atuação profissional no mercado de trabalho precarizado. Destaca-se aqui que a pandemia escancarou um processo de desestruturação que se encontrava em voga há décadas.

As dificuldades e problemas da universidade pública e do DSS hoje, não se distanciam daqueles postos no início deste trabalho em consequência das políticas neoliberais que continuam vigentes e se fortalecendo entre os governos que passam e que encontraram no contexto pandêmico novas aberturas para implementar projetos e políticas cada vez mais distantes da realidade da classe trabalhadora.

As condições do DSS encontram-se intimamente vinculadas às condições econômicas da Universidade, mas também explicam-se a partir da função social da categoria dos assistentes sociais; Vimos que as políticas neoliberais afetam todos os âmbitos da sociedade, das políticas de assistência ao ensino básico; das condições de formação às condições de trabalho e que não interessa ao Estado, norteado pelo mercado, expandir o acesso e universalizar direitos básicos de sobrevivência, tampouco formar assistentes sociais com qualidade e segurança.

Superar essas dificuldades requer, como preconizado no PPC, a necessidade de se defender as diretrizes curriculares disseminadas pela categoria a fim de melhor implementá-las. Com a intensificação das políticas de desestruturação da universidade pública e o crescimento exponencial dos cursos privados e a distância colocando em risco a qualidade da

formação, isso perpassa necessariamente - e de forma urgente- por investimento em uma ampliação de docentes, disponibilização de recursos adequados, estímulo e valorização à pesquisa e à produção científicas, além de uma constante reflexão sobre as práticas pedagógicas, buscando formas de ensino que promovam a emancipação política e intelectual de assistentes sociais capacitados e comprometidos com a transformação social e conscientes dos limites da sua formação e atuação, mas que, ainda assim, visualizem, almejem e lutem por um futuro revolucionário.

REFERÊNCIAS

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 1 jun.2023.

ABESS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL. **Cadernos ABESS nº 1: O processo da formação profissional do assistente social**. São Paulo: Editora Cortez. 1993.

AGÊNCIA CATARINENSE DE NOTÍCIAS. Secretaria de Comunicação. **Jorginho Mello entrega o Projeto de Lei que cria o Universidade Gratuita para análise dos deputados estaduais**. 2023. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/jorginho-mello-entrega-o-projeto-de-lei-que-cria-o-universidade-gratuita-para-analise-dos-deputados-estaduais/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (Org). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, Perry; THERBORN, Göran; BORÓN, Atilio; SALAMA, Pierre; SADER, Emir. A trama do neoliberalismo: Mercado, crise e exclusão social. *In*: GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (Org). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDES - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR/SINDICATO NACIONAL. **Orçamento da Educação sofre corte de R\$ 5,83 bilhões**. 2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/orcamento-da-educacao-sofre-corte-de-r-5-83-bilhoes1>. Acesso em: 1 jun.2023.

ANDES - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR/SINDICATO NACIONAL. **Precarização das Condições de Trabalho**. Cargos, Vagas e REUNI: os efeitos da expansão quantitativa da educação federal. Volume I. Brasília: ANDES/SN, 2013a.

ANDES - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR/SINDICATO NACIONAL. **Precarização das Condições de Trabalho**. Na defesa da Educação pública de qualidade. Volume II. Brasília: ANDES/SN, 2013b.

ANDES - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR/SINDICATO NACIONAL. **Projeto do capital para a educação**. O ensino remoto e o desmonte do trabalho docente. Volume IV. Brasília: ANDES/SN, 2020.

ANDES - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR/SINDICATO NACIONAL. **Nota da diretoria do andes-sn sobre o projeto do “novo arcabouço fiscal”**. 2023. Disponível em: <https://www.apesjf.org.br/wp-content/uploads/Anexo-Circ147-23.pdf>. Acesso em: 1 jun.2023.

ANDRADA, Alexandre. **Ricardo Vélez tem razão: não existe ‘universidade para todos’ no brasil, mas o motivo real é a dificuldade de acesso pelos mais pobres**. Brasil: The Intercept

Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/02/16/ricardo-velez-universidade-para-todos/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

ANPED - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **38º Reunião Nacional da ANPed: GT11 - Política da Educação Superior**. 2017, São Luís. Anais da 35ª Reunião Nacional da ANPed. São Luís: ANPed, 2017. Disponível em: http://anais.anped.org.br/p/38reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=23. Acesso em: 1 jun.2023.

APUFSC - SINDICATO DOS PROFESSORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE SANTA CATARINA E UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Remanejamento de recursos resulta em novo corte de R\$ 1,6 bi na Educação: somados aos R\$ 5,8 bi já anunciados, a perda chega a R\$ 7,4 bi**. 2019. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2019/05/03/remanejamento-de-recursos-resulta-em-novo-corte-de-r-16-bi-na-educacao/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

APUFSC - SINDICATO DOS PROFESSORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE SANTA CATARINA E UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Sem reposição, UFSC iniciará 2023 com déficit orçamentário de R\$ 5,2 milhões**. 2022. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2022/10/21/sem-reposicao-ufsc-iniciara-2023-com-deficit-orcamentario-de-r-52-milhoes/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BAPTISTA, Myriam Veras. *Prática Social/Prática Profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas*. BAPTISTA, M. V. & BATTINI, O. **A prática profissional do assistente social**. São Paulo, Veras/CNPq, 2010.

BASTIANI, Sherlon Cristina de; TREVISOL, Joviles Vitorio; PEGARARO, Ludimar. A educação superior em Santa Catarina: um século de história (1917-2017). **EccoS – Revista Científica**, n. 47, p. 375-395, 27 dez. 2018. DOI: 10.5585/eccos.n47.7974. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-92782018000300375&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 1 jun. 2023.

BELLO, Enzo; CAPELA, Gustavo; KELLER, Rene José. Operação Lava Jato: Ideologia, narrativa e (re)articulação da hegemonia. **Revista Direito e Práxis**. [S.L], v. 12, n. 3, p. 1665-1667, jul. 2021. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/2179-8966/2020/53884. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/HyCbvWSs4mNxc5fBTxhm4Hr/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

BILENKY, Thais. A viagem do vagão: como Eduardo Bolsonaro acabou virando quase tudo o que não era. **Revista Piauí**: 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/viagem-do-vagao/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

BIRD - BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO. BC - BANCO MUNDIAL. Higher education: the lessons of experience. Washington, D.C, 1994. **Development in practice**. Disponível em: <https://documentos.bancomundial.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/303461468328502540/higher-education-the-lessons-of-experience>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BORGES, Maria Conceição. **A prática pedagógica do assistente social docente: contradições e possibilidades**. 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social,

Pontífica Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17607>>. Acesso em: 08 out. 2022.

BRASIL DE FATO. Família Bolsonaro acumula indícios de envolvimento com a milícia, relembre os casos. **Brasil de Fato**: 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/07/familia-bolsonaro-acumula-indicios-de-envolvimento-com-milicianos-relembre-os-casos>. Acesso em: 1 jun. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Banco de dados do Sistema Único de Saúde-DATASUS**. Disponível em <https://opendatasus.saude.gov.br/dataset?tags=Covid-19>. Acesso em: 16 de jun. 2023.

BRASIL. Agência Câmara. Câmara dos Deputados. **Michel Temer Sanciona projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 com vetos**. Brasília, 2017A. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/520060-michel-temer-sanciona-projeto-da-lei-de-diretrizes-orcamentarias-para-2018-com-vetos>/Acesso em: 1 jun.2023.

BRASIL. **Decreto nº 45.063, de 19 de dezembro de 1958**. Concede autorização para o funcionamento do curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1958. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/467628>. Acesso em: 1 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº6.906, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 1 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº9.507, de 21 de setembro de 2018**. Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9507.htm. Acesso em: 1 jun. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, 2016a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 1 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2017, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 1 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960.** Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1960. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13849.htm#:~:text=LEI%20No%203.849%2C%20DE,Catarina%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.. Acesso em: 1 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.100, de 13 de junho de 1983.** Autoriza a incorporação da Faculdade de Serviço Social, da Fundação Vidal Ramos, à Universidade Federal de Santa Catarina. Brasília, DF: 1983. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/17100.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.100%2C%20DE%2013,Universidade%20Federal%20de%20Santa%20Catarina. Acesso em: 1 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017.** Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, DF: Presidência da República, 2017c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113429.htm#:~:text=Qualquer%20que%20seja%20o%20ramo,oitenta%20dias%2C%20consecutivos%20ou%20n%C3%A3o.. Acesso em: 1 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2017d. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 1 de jun. 2023.

BRASIL. MPDFT - MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Portaria nº 2, de 20 de março de 2018.** Decide instaurar Inquérito Civil Público – ICP. Brasília, DF: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Comissão de Proteção dos Dados Pessoais, 1º Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, 2018. Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/noticias-2018/9910-mpdft-vai-investigar-uso-ilegal-de-dados-de-brasileiros-disponiveis-no-facebook-por-empresa-americana.> Acesso em: 1 jun. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senador nº 193, de 2016.** Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o “Programa Escola Sem Partido”. Brasília, DF: Senado Federal, 2016b. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>. Acesso em 1 jun. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3076, de 02 de junho de 2020.** Institui o Programa Universidade e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254321>. Acesso em: 1 de jun. 2023.

CALCINI, Ricardo; MORAES, Leandro Bocchi de. **Reforma trabalhista, 5 anos de insegurança jurídica e precarização.** 2022. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2022-nov-11/calcini-bocchi-reforma-trabalhista-anos-precarizacao>. Acesso em: 1 jun. 2023.

CAPUTI, Lesliane. Crise do capital: notas sobre os impactos na educação superior brasileira. **Libertas**: Revista da Faculdade de Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, Juiz de Fora, v. 17, n.2, p. 29-40, jul. dez. 2017. ISSN: 1980-8518. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18526>. Acesso em: 1 de jun. 2023.

CARTA CAPITAL. EDUCAÇÃO. **Abraham Weintraub diz que universidades federais “têm cracolândias”**: Ministro falou sobre o momento fiscal do MEC e afirmou que a pasta quer reduzir custos com folha de pagamento de servidores, via Future-se. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/abraham-weintraub-diz-que-universidades-federais-tem-cracolandia/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

CARVALHO, Alba Maria Pinto de. O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. In: Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS). **Cadernos ABESS n° 1**: O processo da formação profissional do assistente social. São Paulo: Editora Cortez. 1993.

CASQUEIRO, Mayara Lima; IRFFI, Guilherme; SILVA, Cristiano da Costa da. A expansão das Universidades Federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os Indicadores Municipais. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas). [S.L], v. 25, n. 1, p. 155-177, abr. 2020. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s1414-40772020000100009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772020000100009>. Acesso em: 1 jun. 2023.

CHABALGOITY, Diego; REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo Lima R. **(NEO) FASCISMO E EDUCAÇÃO**: Reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020. Disponível em: <https://morula.com.br/produto/neofascismos/>. Acesso em: 1 jun.2023.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A trajetória histórica do ensino superior no Brasil: expansão e privatização da ditadura aos governos do PT. **Ser Social**. [S.I]. v. 21, n. 44, p. 134-151, 10 mar. 2019. Biblioteca Central da UNB. DOI: 10.26512/ser_social.v21i44.23485. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/23485. Acesso em: 1 jun. 2023.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; CRUZ, Julia Barros; SANTOS, Maria Carolina Correa dos; MENDONÇA, Thaisa Souza de; FERREIRA, Fernando Gonçalves. **Não é uma crise, é um projeto**: a política de educação do governo bolsonaro. In: 16º congresso brasileiro de assistentes sociais. Política Social e Serviço Social. Brasília, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/764>. Acesso em: 1 jun. 2023.

COUTO, Karen. **Aos 5 anos, reforma trabalhista apresenta como legado redução do volume de ações**. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-jul-13/reforma-trabalhista-mostra-legado-reducao-volume-acoas>. Acesso em: 1 jun. 2023.

CRH - CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Grupo de Pesquisa Trabalho, Precarização e Resistências. **Dossiê**

sobre o programa **Future-se do Governo/MEC e as implicações para a Universidade e a Sociedade**. Bahia, 2019. Disponível em: <https://gtfuturese.ufsc.br/2019/08/27/documento-da-ufba-reune-informacoes-e-pareceres-sobre-future-se/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

CSI - CONFEDERAÇÃO SINDICAL INTERNACIONA. **Índice Global dos Direitos: Brasil**. Viena, 2022. Disponível em: <https://www.globalrightsindex.org/en/2022/countries/bra>. Acesso em: 1 jun. 2023.

CUN - CONSELHO UNIVERSITÁRIO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Resolução Normativa nº140, de 21 de julho de 2020**. Dispõe sobre o redimensionamento de atividades acadêmicas da UFSC, suspensas excepcionalmente em função do isolamento social vinculado à pandemia de COVID-19, e sobre o Calendário Suplementar excepcional referente ao primeiro semestre de 2020. Disponível em: <https://apoiocoordenadoriascursosgraduacao.paginas.ufsc.br/resolucao-1402020cun-ensino-na-pandemia/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

DCE - DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES LUÍS TRAVASSOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Carta de Deflagração da Greve Estudantil da UFSC**. 2019. *In*: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Estudantes da UFSC deflagram greve e outras categorias debatem situação em assembleias. 2019. Disponível: <https://noticias.paginas.ufsc.br/files/2019/09/Carta-de-Deflagra%C3%A7%C3%A3o-da-Greve-UFSC.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2023.

DEMÉTRIO, Eliane Aparecida. **Indicadores da trajetória dos discentes no curso de graduação em serviço social da UFSC no contexto da pandemia da covid-19**. 2022. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234029>. Acesso em: 05 maio 2023.

FARINES, Jean-Marie; TUYAMA, Laura; AURAS, Marli (Org.). **Memórias reveladas da UFSC durante a DITADURA civil-militar**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021. DOI: 10.5007/978-65-5805-037-7. Disponível em: <https://editora.ufsc.br/estante-aberta/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1975.

FERREIRA, Darlan da Silva. Neoliberalismo e efeito adverso: a reação populista nas Américas: os casos de Trump, Bolsonaro e Bukele. **Simbiótica Revista Eletrônica**, vol. 9º, nº 2, outubro de 2022, p. 235-68. DOI: 10.47456/simbitica.v9i2.39254. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/39254>. Acesso em: 1 jun. 2023.

FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. A Educação de um ponto de vista histórico. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v.1, n.1, p. 11-16, 28 nov 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2731>. Acesso em 1 de jun 2023.

FPA - FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Brasil: Incertezas e submissão?**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. 440p. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2020/05/21/livro-analisa-politicas-do-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (Org). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GERBER, Luíza Maria Lorenzini. **A formação dos assistentes sociais em Santa Catarina: um estudo sobre o primeiro curso de Serviço Social do estado (1958-1983).** 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93390>. Acesso em: 1 jun. 2023.

GERBER, Luíza Maria Lorenzini. O cenário catarinense na década de 1950 e a criação da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina. In: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Curso de graduação em serviço social. **Serviço Social em Revista: edição comemorativa 50 anos do Curso de Serviço Social UFSC.** Florianópolis, SC: UFSC, Curso de Serviço Social, 2009.

GRUPO BANCO MUNDIAL (GBM). **Memorandum of the President of the Internacional Bank for Reconstruction and Development and the International Finance Corporation to the Executive Director on a Country Assistance Strategy 2003-2007 for the Federativa Republic of Brazil in Support of a More Equitable, Sustainable, and Competitive Brazil.** 2003. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/378411468769866696/text/270430BR.txt>. Acesso em: 1 jun. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acessado em 08 de out. de 2022

INPPDH - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA E PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS. **Nota Técnica: Possível configuração de crime contra a humanidade e de crime de genocídio pelo Presidente da República.** Campinas: 2021. Disponível em: <https://www.inppdh.com.br/notas-publicas>. Acesso em: 1 jun. 2023.

LENIN, Vladímir Ilicht. **O que fazer? Questões candentes de nosso movimento.** São Paulo: Boitempo, 2020.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Santa Catarina e a ditadura empresarial. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 24, p. 23, 6 jun. 2018. DOI: 10.36661/2238-9717.2014n24.8086. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/8086>. Acesso em: 1 jun. 2023.

MANOEL, Jones. **Reflexões Fanonianas sobre a pandemia: A humanidade partida.** Partido Comunista Brasileiro. 2020. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/25681>. Acesso em: 1 jun. 2023.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais.** [S.I]. v. 4, n. 1, p. 259, 16 fev. 2017. Universidade Federal do

Parana. DOI: 10.5380/rinc.v4i1.50289. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rinc/a/wJb3fZFMmZh65KfmrçWkDrp/?lang=pt>. Acesso em: 1 jun. 2023.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: Identidade e Alienação** 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Raisa Maria de Arruba. Entre Avanços e Retrocessos, a Contradição: o REUNI e a expansão da educação superior pública. In: ANPED - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **38º Reunião Nacional da ANPed: GT11 – Política da Educação Superior**. 2017, São Luís. Anais da 35ª Reunião Nacional da ANPed. GT11, Trabalho 890. São Luís: ANPed, 2017. Disponível em: http://anais.anped.org.br/p/38reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=23. Acesso em: 1 jun.2023.

MASCARO, Alysso. **Crise e Pandemia**. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

MORAIS, Marcelo Maurício de. **Governo Bolsonaro, um governo fundado em fake news?** Revista Apg. [S.L], v. 1, p. 76-104, 25 ago. 2022. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). DOI: 10.23925/2764-8389.2022v1i1p76-104. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/apg/article/view/58843>. Acesso em: 1 jun. 2023.

OLIVEIRA, Francisco de. **Comentário ao capítulo I**. In: **A trama do neoliberalismo: Mercado, crise e exclusão social**. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (Org). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia**. 2020a. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em: 1 jun.2023.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo Coronavírus**. Washington, D.C, 2020b. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>. Acesso em: 1 de jun. 2023.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Folha Informativa sobre COVID-19**. Washington, D.C, 2020c. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 1 de jun. 2023.

PEREIRA, Jorge Alberto Saboya. A “reforma” universitária neoliberal nos governos de FHC e Lula em questão. **(Syn)thesis**. [S.L], v. 10, n. 1, p. 41-54, 10 dez. 2017. Quadrimestral. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. DOI: 10.12957/synthesis.2017.47111. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/47111>. Acesso em: 1 mar. 2023.

PIRES, Breiller. **Os laços do clã Bolsonaro com Steve Bannon: acusado de fraude, ex-braço direito de Trump que deixou prisão após pagar fiança se tornou referência para o bolsonarismo e inspirou tática de ativismo digital à brasileira**. Revista El País: 2020.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cha-bolsonaro-com-steve-bannon.html>. Acesso em: 1 jun. 2023.

PONTES, Reinaldo Nobre; CRAVEIRO, Adriéli Volpato; AMARO, Sarita. (Orgs). **Serviço Social e Pandemia Covid 19: realidade, desafios e práxis**. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020.

PSL - PARTIDO SOCIAL LIBERAL. **O CAMINHO DA PROSPERIDADE: Proposta de Plano de Governo. 2018.** Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2018/2022802018/BR/280000614517>. Acesso em: 1 jun. 2023.

RAMOS, Nilva Souza. **O Serviço Social em Santa Catarina: surgimento e expansão com a criação da Faculdade de Serviço Social em Florianópolis. 1984.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado, Pontífica Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1984.

RBA - REDE BRASIL ATUAL. **Desigualdade Escancarada: Brasil tem 19 milhões de famintos e 20 novos bilionários durante a pandemia.** Rede Brasil Atual: 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/brasil-tem-19-milhoes-de-famintos-e-20-novos-bilionarios-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **Educação como prioridade.** 1.ed. São Paulo: Editora Global, 2018.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e conflito distributivo em tempos de ajuste fiscal no Brasil. In: POCHMANN, Márcio. CASTRO, Jorge Abrahão (orgs.). **Brasil: Estado social contra a barbárie.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do Regime Militar. **Cadernos CEDES.** [S.L] vol. 28, n. 76, p. 291-312, set. dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s0101-32622008000300002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Kj7QjG4BcwRBsLvF4Yh9mHw/?lang=pt>. Acesso em: 1 de jun. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional no Brasil após a Ditadura Militar. **Revista Histedbr On-Line.** [S.L], v. 18, n. 2, p. 291-304, 29 jan. 2018. Universidade Estadual de Campinas. DOI: 10.20396/rho.v18i2.8652795. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652795>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro.** [S.L], vol. 45, p. 1-18, 3 jun. 2020. Universidade do Oeste de Santa Catarina. DOI: 10.18593/r.v45i0.21512. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21512>. Acesso em: 1 de jun. 2023.

SCHUMACHER; Livia; MOREIRA, Rafael. **Ameaça econômica do MEC para universidades: Bloqueio atual no orçamento das federais é inédito, político e não justificado.** Brasil: ZeroUFSC, 2019. Disponível em: <https://zeroufsc.medium.com/amea%C3%A7a-econ%C3%B4mica-do-mec-para-universidades-8366a9659dc8>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SES - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Governo do Estado confirma sexto caso de Covid-19 em Santa Catarina.** 2020. Disponível em: <https://www.saude.sc.gov.br/index.php/noticias-geral/todas-as-noticias/1652-noticias-2020/11132-governo-do-estado-confirma-sexto-caso-de-covid-19-em-santa-catarina>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação & Sociedade.** [S.L], vol. 27, n. 96, p. 1021-1056, out. 2006. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/S0101-73302006000300018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PsCdVc87JdsF6KDX7LhGq6H/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 1 jun. 2023.

SILVA, Edilma Soares da; PRUDENCIO, Juliana Desiderio Lobo. A Covid 19 e a classe trabalhadora. *In*: PONTES, Reinaldo Nobre; CRAVEIRO, Adriéli Volpato; AMARO, Sarita. (Orgs). **Serviço Social e Pandemia Covid 19: realidade, desafios e práxis.** Porto Alegre, RS: Nova Práxis Editorial, 2020.

SILVA, Elaine Cristina da. Efeitos da precarização em marcha no ensino superior brasileiro e os reflexos na formação profissional em serviço social. **Revista Serviço Social em Perspectiva.** [S.L], v. 5, n. 02, p. 10-33, 24 jul. 2021. Universidade de Montes Claros (UNIIMONTES). DOI: 10.46551/rssp.202117. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/3958>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SILVA, Francisco Jacob Paiva da. **A reforma universitária brasileira nos anos 90: projetos em disputa.** 1999. 255 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/81015>. Acesso em: 1 jun. 2023.

UCAM - UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES. CESeC - CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA. Intervenção federal: um modelo para não copiar. **Observatório da Intervenção.** Brasil: 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1UPulZi6XpsK8DQo6c5oVmwUFUhyPkOpA/view>. Acesso em: 1 jun. 2023.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. COMISSÃO DE EVASÃO DO CENTRO SOCIOECONOMICO. **Evasão, retenção e permanência no SSOUFSC: Propostas e Contribuições,** agosto de 2021. Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Serviço Social, 2021.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. DSS - DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL. **Ofício nº 18/2023/DSS.** Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Serviço Social, 2023a.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. CUN - CONSELHO UNIVERSITÁRIO. **Resolução Normativa nº 140/2020/CUn, de 21 de julho de 2020.** Dispõe sobre o redimensionamento de atividades acadêmicas da UFSC, suspensas excepcionalmente em função do isolamento social vinculado à pandemia de COVID-19, e

sobre o Calendário Suplementar Excepcional referente a primeiro semestre de 2020. Florianópolis, SC: UFSC, 2020a.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social em Revista**: edição comemorativa 50 anos do Curso de Serviço Social UFSC. Florianópolis, SC: UFSC, Curso de Serviço Social, 2009.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. DSS - DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL. **Projeto Pedagógico de Curso**. Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Serviço Social, 2013.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. DSS - DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL. **Ata da 3º reunião extraordinária do colegiado do departamento de serviço social, realizada em 14 de julho de 2020**. Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Serviço Social, 2020b.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. DSS - DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL. **Ata da 8º reunião ordinária do colegiado do departamento de serviço social, realizada em 8 de dezembro de 2020**. Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Serviço Social, 2020c.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. NOTÍCIAS UFSC. **Estudantes da UFSC deflagram greve e outras categorias debatem situação em assembleias**. 2019a. Disponível: <https://noticias.ufsc.br/2019/09/estudantes-da-ufsc-deflagram-greve-e-outras-categorias-debatem-situacao-em-assembleias/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. GABINETE DA REITORIA. **Portaria Normativa nº 154/2020/GR, de 9 de janeiro de 2019**. Dispõe sobre as normas e os procedimentos para a contratação de professor substituto pela Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC: UFSC, 2019b.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. NOTÍCIAS UFSC. **Coronavírus**: Administração Central da UFSC decide suspender aulas presenciais. 2020d. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2020/03/coronavirus-administracao-central-da-ufsc-decide-suspender-aulas-presenciais/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. **Apresentação**. 2023b Disponível em: <https://ppgss.ufsc.br/pb/o-curso/apresentacao-2//>. Acesso em: 1 jun. 2023.

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO. **Bloqueio de verbas na UFSC afeta pesquisas na área de saúde, educação e agricultura**. 2019c. Disponível em: <https://propesq.ufsc.br/bloqueio-de-verbos-na-ufsc-afeta-pesquisas-na-area-da-saude-educacao-e-agricultura/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

UNA/SUS - SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS. **Coronavírus**: Brasil confirma primeiro caso da doença. 2020. Disponível em:

<https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>.

Acesso em: 1 jun. 2023.

VASCONCELOS, Fabíola Mendonça de. **Mídia e conservadorismo: o globo, a folha de s. Paulo e a ascensão política de bolsonaro e do bolsonarismo**. 2021. 276 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/43482>. Acesso em: 1 jun. 2023.

VIEIRA, Evaldo Amaro. **A república brasileira 1951-2010: de Getúlio a Lula**. Cortez Editora, 2015.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Conjuntura, universidade e o profissional. In: Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS). **Cadernos ABESS nº 1: O processo da formação profissional do assistente social**. São Paulo: Editora Cortez. 1993.